

Dezembro 2020

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chinesa em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	5
1.1 Fenómeno «Sócia» o alívio alimentar das famílias de Luanda	5
1.2 Kwenda cadastrou mais de trezentas mil famílias no país	6
1.3 Mais de quatro mil famílias “recebem do Valor Criança”	7
2. MICROFINANÇAS	8
2.1 Credito avaliado em 272,7 milhões	8
2.2 BNA: 887,4 mil milhões de kwanzas de crédito malparado	9
2.3 Empreendedores no Soyo esclarecidos sobre créditos	9
2.4 251 Micro-negócios foram formalizados no mercado	10
3. MERCADO INFORMAL	12
3.1 Credito avaliado em 272,7 milhões	12
3.2 Associação procura trabalho para manter delinquência fora das ruas	13
3.3 Fenómeno «Sócia» o alívio alimentar das famílias de Luanda	14
3.4 Fomento a pesca artesanal na província do Bengo	15
3.5 Lixo e metas criam opções de emprego formal e informal	16
3.6 251 Micro-negócios foram formalizados no mercado	16
3.7 Moto-taxistas têm regulamento	17
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	18
4.1 Crédito adicional de 2,6 mil milhões Kz para SINSE	18
4.2 OGE «Secretas» querem melhorar capacidade intervenção	18
4.3 3,9 Biliões para pagar aos credores internos	19
4.4 Chefe da Junta Militar aceita desarmamento	20
4.5 O Orçamento de 2021 e os desafios do país	20
4.6 Cada cidadão angolano já deve 1.557 USD ao estrangeiro	21
4.7 Dívida pública angolana fecha 2019 em históricos 111% do PIB	21
4.8 ADRA e OPSA criticam prioridades do OGE 2021	22
4.9 Privatizações reduzem o peso do sector económico no OGE	23
5. DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	25
5.1 PIIM está em todo o país.	25
5.2 Eleições autárquicas	25
5.3 Um grande passo no processo autárquico	26
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	27
6.1 A urgência de um metro em Luanda	27
6.2 No Catambor, moradores mudam imagem do bairro.	28
6.3 Cleber Corrêa: “Carência habitacional é colmatada com construção de moradias sociais”	29
6.4 Clientes do projecto lírius acusam BPC-Imobiliária de aumentar preço das casas	31
6.5 Compradores estão a causar prejuízo financeiro	32

6.6	Imobiliária confirma reajuste de preços das casas do Lírius	32
6.7	Património que é um "capital morto"	33
6.8	UNITA pede inquérito sobre demolições	34
6.9	O pagamento das casas nas centralidades deve ser alargado	35
7.	TERRA	36
7.1	PIIM está em todo o país.	36
7.2	Cleber Corrêa: “Carência habitacional é colmatada com construção de moradias sociais”	36
7.3	EGTI comercializa 110 lotes de terrenos infra-estruturados	39
7.4	Ministro formaliza processo para a venda de terrenos	39
7.5	Património que é um "capital morto"	40
7.6	Provedoria e GPL analisam morosidade dos serviços	41
8.	SERVIÇOS BÁSICOS	42
8.1	O lixo como solução e não como problema	42
8.2	Água potável chega a comuna do Cumbila	42
8.3	Água potável chega a comuna do Cumbila	43
8.4	“Grande lixeira” estende-se ao Cambiote	43
8.5	12 mil habitantes de Malanje beneficiam de água potável	44
8.6	Unidade fabril aumenta produção de tanques e tubos para irrigação	45
8.7	Dólar mantém predominância no mercado de transações	45
8.8	Instituto Geológico sonda águas subterrâneas no Sul de Angola	46
8.9	PIIM abrange sistema de captação de água	47
8.10	O lixo como solução e não como problema	48
8.11	Suspensos contratos com operadoras de limpeza	49
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	50
9.1	SIC regista mais de 50 mil crimes e" captura 40 mil suspeitos em 10 meses	50
10.	AMBIENTE	51
10.1	Milhares de plantas fomentam produção de fruta na Humpata	51
11.	MINEIRA	53
12.	MIGRAÇÃO	53
13.	INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	53
13.1	Oportunidades de investimento apresentadas no Fórum de Macau	53
13.2	A perspectiva do desenvolvimento da China favorece os avanços da cooperação com Angola	53
13.3	A perspectiva do desenvolvimento da China favorece os avanços da cooperação com Angola	55

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Fenómeno «Sócia» o alívio alimentar das famílias de Luanda

Novo Jornal

4 De Dezembro de 2020

Texto: Euclides Sela

Para diversificar a alimentação em casa e esquivar-se da fome, muitos responsáveis de famílias de baixa e média rendas recorrem ao fenómeno "sócia", que consiste na junção de valores entre duas ou mais pessoas, para adquirir bens alimentares comercializados em caixas ou sacos e depois reparti-los de forma equitativa.

A crise financeira que afecta o País desde meados de 2014, associada à desvalorização da moeda nacional, o Kwanza, que consequentemente reduziu o poder de compra da classe trabalhista e intermédia, e agora a Covid-19, são factores que deixam os cidadãos com poucas margens de manobra no que ao consumo de alimentos diz respeito.

Com toda esta turbulência socioeconómica, a saída que as famílias encontraram para sobreviver tem sido o fenómeno "Sócia". Esse facto é relatado por cidadãos que, vendo-se angustiados com a pobreza extrema à qual estão submetidos, lamentam o facto de os discursos oficiais não abordarem os problemas com realismo.

As donas de casa são as pessoas que mais se deslocam aos famosos armazéns de venda de produtos alimentares, dizem que o método "sócia" tem permitido aos cidadãos mais carenciados e aos da classe média levarem para casa diversos produtos alimentares, mesmo com pouco recurso financeiro, "apesar de, às vezes, não suportar o mês completo, devido à discrepância entre o consumo e a quantidade de produtos conseguidos", desabafa dona Suzana, funcionária de uma instituição privada, em Luanda.

"A vida está difícil. Nos mercados, os preços dos produtos estão cada vez mais altos. A "Sócia" tem sido solução para o povo de baixa renda sobreviver", lamenta Suzana.

Aurora Gracinda, que também tem optado pela "sócia" para garantir a comida à mesa, explica que a situação está cada vez pior e que o salário já não é suficiente para comprar alimentos sem que se recorra

a esse método. "Ganho 60 mil kwanzas, desse valor 18 mil gasto em táxi para chegar ao serviço, dos 15 mil sai o dinheiro para pagar água, luz e renda de ", casa e com os 27 mil restantes procuro comprar a alimentação, material didáctico para os meus filhos e medicamentos, em caso de doença. É difícil", desabafa.

Aurora entende que muitas pessoas do seu estrato social, se hoje sobrevivem, é "graças a Deus". De acordo com a interlocutora, "quando o salário atrasa, a situação fica mais complicada", porque é forçada a contrair dívida para colocar comida à mesa.

Madalena Mavo, comerciante de bens alimentares, entende que 90% das pessoas que acorrem ao seu armazém de frescos demonstram não ter dinheiro para comprar produtos em sacos ou caixas para si. "Por isso, duas ou mais pessoas juntam os seus valores monetários e compram o produto desejado. Posteriormente, dividem de forma equilibrada".

Exemplificando melhor, a negociante explica que, por exemplo, uma caixa de coxa de 10 quilogramas custa, em média, nove mil e 500 kwanzas, enquanto o saco de arroz está avaliado em 13 mil Kz, mas, havendo muitas pessoas com dificuldades financeiras, a opção acaba por ser a "sócia". "Noutros tempos, há cerca de seis anos, os cidadãos não afortunados e os menos afortunados conseguiam adquirir determinados alimentos sem recorrer à "sócia", explica uma balconista de um dos armazéns da cidade capital.

Bengui Baptista, professor do ensino secundário, afirma que este fenómeno tem ajudado muitas famílias a reduzir as suas dificuldades, mas não traz progresso social nem bem-estar, estando, deste modo, cada vez mais distante da tão desejada qualidade devida.

"Os mal remunerados em Angola lutam apenas para as panelas de casa não entrarem de férias, mas não devia ser assim. Geologicamente, temos um país rico, porém as altas taxas de desemprego e a pobreza extrema preocupam-nos. Logo, o Estado deve implementar políticas novas e exequíveis para devolver às famílias o poder de compras, além de permitir empreendedorismo auto-sustentável que crie postos de trabalho para muitas pessoas na situação de desemprego", explica o docente.

Já para o professor Bernardo Nganga, os sinais de pobreza são cada vez mais visíveis, sobretudo à medida que se entra nos bairros suburbanos, onde falta quase tudo em termos de serviços sociais, desde o mais avançado até ao mais elementar.

"Emprego sem formação nem experiência

Muitos jovens estão desempregados e, para não ficarem parados, prestam auxílio às donas de casa e instalam-se na parte externa dos armazéns, aguardando pelas pessoas que vão fazer compras de alimentos para entrar em acção.

Júlio Mbulande, 20 anos, disse ao Novo Jornal que, para garantir alimentação em casa, depende do método "Sócia", chamando ou procurando por outra pessoa. De seguida, o jovem é o que faz a divisão equitativa do produto comprado conjuntamente e, no final, são-lhe entregues 200 a 300 kwanzas pelo serviço prestado. "Não temos emprego. Esta ocupação é a nossa saída. Não queremos discursos, queremos empregos", manifesta o jovem de Benguela.

Waldemar Machado, de 14 anos, conta que os seus pais sabem deste trabalho de chamar "sócia", apesar de estar em idade escolar. "Os meus pais não têm recursos financeiros suficientes para cobrir as despesas com o material didáctico e o táxi, logo a minha saída é esta ocupação, porque me permite levar para casa dinheiro", assume.

Segundo o menor ouvido pelo NJ, esta é uma forma de se estar ocupado e de se ganhar dinheiro para sustentar a nossa casa e os nossos caprichos, porque, uma vez ocupados, evitamos trilhar para o caminho da delinquência".

Olhar sociológico

O sociólogo Nkanga Gomes define a "Sócia" como um modo de vida que as famílias angolanas encontraram para poder sobreviver e resistir aos altos preços dos bens alimentares, devido aos baixos salários. "A 'sócia' serve de indicador mensurável de nível de pobreza extrema das famílias. O rendimento ou salário mínimo nacional ronda os 22 mil kwanzas, desta forma torna-se difícil as famílias comprarem alimentação em quantidade necessária", sublinha.

Segundo o especialista, este fenómeno tem a adesão das pessoas pobres, aquelas que, tendo pouco dinheiro, desejam, por exemplo, comprar um saco de arroz ou uma caixa de peixe, mas sozinhas não o podem. "Por isso, o interessado, por meio dos chamadores, procuram alguém com a mesma dificuldade financeira e, encontrando-a, juntam-se e compram o almejado bem alimentar, repartindo as despesas às meias".

Embora seja indicador de extrema pobreza, Nkanga acredita que as famílias, por via deste fenómeno, conseguem diversificar nas suas casas a dieta

alimentar, neste sentido é uma vantagem para as pessoas com baixo rendimento mensal.

"Quem governa o País devia envergonhar-se desta situação, pois não devia ser prestigiante para o Executivo saber que hoje a maioria da população para comprar alimentos de primeira necessidade, como o arroz, massa, óleo vegetal, peixe, coxa, carne, feijão, fuba de milho, etc., precisa de se juntar a alguém com as mesmas dificuldades financeiras. Logo, este fenómeno vem demonstrar que as políticas públicas do Governo são falhadas", critica o sociólogo.

O também analista de assuntos sociais reconhece que a criatividade e o sacrifício dos angolanos pobres são alguns motivos que justificam a sobrevivência do povo. "Apesar da crise económica e pandémica que o País vive, o Governo deve fazer uma introspecção e devolver o poder de compra às famílias, com políticas e acções concretas a curto e médio-prazos", aconselha.

1.2 Kwenda cadastrou mais de trezentas mil famílias no país

Jornal de Angola
28 De Dezembro de 2020

O Programa de Fortalecimento da Protecção Social "Kwenda" cadastrou, até ao dia 25 deste mês, 310.842 agregados familiares de 24 municípios de todo o país, tendo ultrapassado a meta prevista para este ano, que era de 300 mil.

De acordo com um comunicado da Comissão Intersectorial de Coordenação do Programa de Fortalecimento da Protecção Social (Kwenda), foram cadastrados até o dia 25, 310.842 agregados familiares de quase todas as províncias, excepto os municípios do Uíge

O documento realça que o cadastramento do processo para a província do Uíge arranca apenas no primeiro trimestre do próximo ano e vai beneficiar 98 comunas, 2.410 aldeias e bairros. Citada no comunicado, a ministra de Estado para Área Social, Carolina Cerqueira, coordenadora da Comissão Intersectorial, expressou o reconhecimento aos serviços responsáveis pela operacionalização do programa, pela dedicação, empenho e disciplina, manifestado na superação das metas.

Carolina Cerqueira encorajou os envolvidos a continuarem com a mesma dinâmica, tendo em conta a importância do Programa, cuja robustez e impacto na vida das famílias e das comunidades, tem marcado

uma nova era na protecção social em Angola. Na nota, a Comissão intersectorial recorda que o Kwenda arrancou com uma fase piloto, que decorreu de Maio a Julho deste ano, em cinco municípios, nomeadamente Nzeto, na província do Zaire, Ombandja, no Cunene, Cacula, província da Huíla, Cuito Cuanavale, no Cuando Cubango e Cambundi Catembo, em Malanje.

Em Agosto decorreu a fase de expansão, com a entrada dos municípios de Quiculungo (Cuanza-Norte), Quilengues (Huíla), Quiçama e Icolo e Bengo (Luanda), Luquembo (Malanje), Seles e Hebo (Cuanza-Sul), Curoca (Cunene), Andulo (Bié), Mungo e Londuimbali (Huambo), Chongoroi (Benguela), Virei (Namibe), Belize (Cabinda), Muconda (Luanda-sul), Dembos (Bengo), Luau (Moxico) e Cuango (Lunda - Norte).

Em seis meses de implementação do programa, acrescenta a nota, foram criados e já estão em funcionamento, quatro Centros de Acção Social Integrada (CASI), dos 19 previstos até 2023 no Nzeto, Cacula, Cuito Cuanavale e Ombandja.

Com o funcionamento dos Centros de Acção Social Integrada mais de três mil famílias beneficiaram de acções educativas e acederam a documentos de identificação e têm servido de canal de apresentação de queixas e reclamações.

Segundo a nota, no que concerne à questão das Transferências Sociais Monetárias (TSM), o programa visa a atribuição, a cada família, de 25.500 Kz por trimestre, através de três modalidades de pagamento, nomeadamente o cartão multicaixa, o telefone "Mobile Money" e em cash.

O documento refere que para o próximo ano está prevista a "entrada em força da componente de inclusão produtiva", que prevê apoiar, com acções de geração de renda das famílias seleccionadas no Programa, com destaque para a Agricultura e a operacionalização do Fundo Rotativo de Inclusão.

O Programa garante o reforço do Cadastro Social Único como plataforma que vai reunir os dados dos cidadãos em situação de vulnerabilidade para beneficiarem das iniciativas do Executivo. O cadastramento, realça a nota, é levado com muito rigor, de casa em casa, com a utilização do Sistema de Informação Integrado de Protecção Social (SIIPS), que confere lisura e fiabilidade aos dados, protegendo-os de qualquer interferência.

I.3 Mais de quatro mil famílias “recebem do Valor Criança”

Jornal de Angola

31 De Dezembro de 2020

Texto: João Constantino

Ana Teresinha esclareceu que, do valor total, 107 milhões e 145 mil kwanzas foram para 1.845 famílias do município do Chinguar e 151 milhões e 995 mil kwanzas para 2.601 famílias do município de Catabola. A responsável anunciou, para o próximo ano, a realização de novos cadastramentos para incluir mais famílias no programa.

Devido ao contexto provocado pela Covid-19, disse, foi reajustado o valor inicial por criança de três mil para cinco mil kwanzas, sendo que, trimestralmente, a família com uma criança receberá 15 mil, com duas, 30 mil e a com três, 45 mil kwanzas. A responsável disse que o programa, com a duração de dois anos, devia terminar em Dezembro deste ano, mas por não se conseguir fazer uma avaliação de impacto social, negociou-se com os doadores a extensão do programa até 2021, para o implementar em seis províncias e 10 municípios já seleccionados.

O pagamento do "Valor Criança" está a ser implementado nas províncias do Bié, nos municípios de Catabola e Chinguar; Moxico, no Lucusse e Camanongue; no Uíge, sede comunal de Calumbo e município da Damba. Desde o lançamento, em Agosto de 2019, pelo menos 18.399 crianças até aos 5 anos, de um total de 9.989 famílias, beneficiam do programa em todo o país.

O objectivo é mitigar o impacto económico da pandemia da Covid-19 nas famílias, sobretudo as mais vulneráveis, observando um conjunto de medidas preventivas, de modo a reduzir os riscos de contaminação e aumentar a eficácia das respostas à emergência. O programa "Valor Criança" é financiado pela União Europeia.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Crédito avaliado em 272,7 milhões

Jornal de Angola

02 De Dezembro de 2020

Texto: Ana Paulo

Mário Caetano João disse que desde o início da linha de financiamento às Medidas do Alívio Económico foram registados 1.438 pedidos, num valor aproximado de 2.345 milhões kwanzas. Há mais 114 pedidos de crédito do que na semana passada.

No habitual briefing com a imprensa, Mário Caetano João adiantou o número de 36 candidatos, efectivamente financiados, na última semana, de seis sectores de actividade. O valor do desembolso foi de 130,8 milhões de kwanzas, distribuídos a Logística e Distribuição de Produtos Agro-alimentares e Pescas (42,25 milhões), Produtos e Serviços da cadeia do Agro negócio (38,76 milhões), Desenvolvimento de softwares (22,3 milhões), Processamento Alimentar (19,95 milhões), Produção cultural e artística (5 milhões) e Reciclagem de resíduos sólidos urbanos (2,5 milhões).

Registo de contratos

A plataforma electrónica dos contratos de compra futura, conta actualmente com 1075 contratos, mais 212 que na semana transacta.

A meta estabelecida até finais de 2020, desde a operacionalização do " Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), é de mil contratos previstos, mas, tendo em conta a dinâmica do sector a meta foi alcançada e superada para 1075 contratos.

Os acordos registados na plataforma estão distribuídos na Direcção Nacional do Comércio Externo, que representa um total de 532 contratos e em outros vários departamentos, designadamente Bens de Consumo de Origem Nacional (na abreviatura OCD) financiados pelo BDA (288), OCD não financiados pelo BDA (154), Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária (43) e Direcção Nacional da Indústria (58).

Decorre o processo de inserção dos contratos registados na plataforma electrónica dos contratos de compra futura ao nível das Direcções Nacionais do

Comércio Externo, Indústria, Agricultura, Pescas, Serviços Veterinários e os GPDEI das 18 províncias.

Um aspecto positivo, tendo em conta a dinâmica de aprovação dos contratos, é o fácil acesso ao licenciamento das importações e a racionalização das importações, segundo destacou o secretário de Estado.

Este procedimento está a fazer com que haja uma dinâmica no processo de contratos de compra futura.

"Estes contratos referem-se aos acordos entre os produtores e operadores de comércio e distribuição, importadores, superfícies comerciais. O novo paradigma de agricultura por contrato vai revolucionar a cadeia de valor do agro negócio e servirá de catalisador na concessão de crédito e subsequente crescimento económico sustentável", vaticinou.

214 projectos estão por aprovar na banca

Ainda no âmbito do Apoio no Acesso ao Crédito encontram-se na banca 214 projectos por aprovar nas várias áreas de produção.

Nos projectos por aprovar destaca-se o sector da agricultura com 113 projectos, seguido do comércio 34, indústria 21, pecuária 14, pesca marítima 10, aquicultura quatro, indústria transformadora e pesca continental, com três (3) e outros sectores diversos com 15 projectos.

Relativamente à linha de financiamento das cooperativas, importa referir que após o envio dos dossiês de crédito das 180 cooperativas, esta semana serão finalizados mais 26 processos de cooperativas a serem remetidos ao BDA.

Dos projectos das cooperativas já remetidos ao BDA, na semana em análise, 12 foram aprovados. O total de cooperativas que viram seus projectos aprovados até à data é de 146, num valor de 3,6 mil milhões.

O secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, informou, por outro lado, que o stock de financiamento desde o início da operacionalização da linha situa-se em 831 milhões.

Com a presente linha de financiamento foram já formalizadas 114 micro e pequenas empresas, o que corresponde a quase 25 por cento da meta prevista no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2017-2022), que determina a formalização anual de 500 micro e pequenas empresas e cooperativas

2.2 BNA: 887,4 mil milhões de kwanzas de crédito malparado

Jornal De Angola

16 De Dezembro de 2020

Texto: Vânia Inácio

José de Lima Massano argumentou que parte desta carteira, e que permite ter-se hoje um nível mais baixo, tem haver com activos de má qualidade do Banco de Poupança e Crédito (BPC) já passados para a Recredit. No que toca à solvabilidade da banca, José de Lima Massano avançou que o sistema financeiro tem-se mostrado relativamente saudável com um rácio que ronda os 21,7 por cento, onde a transformação de depósito em crédito é de 33,6 por cento.

Os dados do banco central, revelam que até Setembro, o activo (património de todos os bancos) era de 17,7 biliões de kwanzas e 13,2 biliões estavam em depósitos. Fundo de Resolução. O BNA vai ficar proibido de colocar recursos em bancos "sem saúde financeira", informou, ontem, o governador José de Lima Massano, que anunciou a criação de um Fundo de Resolução para bancos que necessitem de uma intervenção.

O governador fez o anúncio na mesa-redonda, denominada "Conversas Rumo", do grupo Média Rumo, na qual foi orador e abordou o tema "Qual Sistema Financeiro que queremos para Angola". José de Lima Massano disse que o Fundo de Resolução vai permitir que bancos que tenham a necessidade de uma intervenção, "que ela não seja efectuada com recursos públicos essencialmente, por um lado, e, mais ainda, com recursos do BNA, que a lei veda".

"O BNA passa a estar proibido a colocar recursos em bancos sem saúde financeira. Não pode fazê-lo de forma indirecta, de forma directa, e por isso não põe recursos no Fundo", referiu. Segundo o governador do banco central, o Fundo de Resolução será financiado com contribuições dos próprios operadores do sector bancário, da rentabilidade que possa dar a esses recursos e poderá solicitar também empréstimos.

Plano de recuperação

Por outro lado, informou, os bancos angolanos vão ser obrigados a ter um plano de recuperação, para responder a eventuais casos de desequilíbrio financeiro. "Há aqui uma exigência de preparação de planos de recuperação, que identifiquem medidas susceptíveis de serem adoptadas, se surgir tempestivamente uma situação que a instituição financeira bancária se encontre num certo

desequilíbrio financeiro ou se entende que corre esse risco", explicou.

Numa lógica de médio a longo prazos, reforçou José de Lima Massano, se o banco "sente que poderá num horizonte temporal, relativamente curto, enfrentar dificuldades, tem que encontrar, ir já desenhando, possuir um plano exequível de recuperação"

2.3 Empreendedores no Soyo esclarecidos sobre créditos

Jornal de Angola

16 De Dezembro de 2020

Texto: Victor Mayala

Segundo Sabino da Conceição, o FACRA, avaliado em quatro mil milhões de kwanzas, tem como objectivo facilitar a criação e expansão de novos negócios, impulsionar o empreendedorismo, apoiar o desenvolvimento de aptidões de negócios e promover a inovação e a eficiência das pequenas e médias empresas angolanas

O responsável avançou que, sendo um fundo de capital de risco criado pelo Executivo, o FACRA figura-se como um instrumento poderoso para a diversificação da economia angolana.

"É necessária a conjugação de sinergias para que o país saia do ciclo de recessão económica, que já dura há cinco anos, cujos danos são incalculáveis para a vida dos cidadãos", disse Sabino da Conceição, acrescentando que é preciso haver uma mudança de mentalidade, por parte dos cidadãos, que, habitualmente, esperam que os seus problemas sejam, inteiramente resolvidos pelo Governo, quando deviam ter iniciativas empreendedoras, para a geração da sua própria riqueza.

"As pessoas incutiram na mente que só podem trabalhar nas instituições do Estado, uma ideia completamente errada. O ser humano tem habilidades naturais para gerar riqueza. E isso pode ser confirmado pela quantidade de negócios informais existentes nas comunidades, como cantinas e outros. Mas estes negócios precisam de ser reorganizados, ou seja, saírem do sector informal para o formal. É neste sentido que o FACRA surge, para permitir que os empreendedores possam concretizar todo o seu potencial de negócios", referiu.

Sabino da Conceição fez saber, ainda, que, para a adesão ao referido programa, os requerentes, que podem ser cooperativas (constituídas no mínimo por dez membros) ou pessoas singulares, devem reunir documentos como carta de solicitação de

financiamento, dirigida ao MULTICRÉDITO – Sociedade de Micro-Crédito, S.A, comprovativo da finalidade do crédito, Alvará Comercial, comprovativo de liquidação do imposto industrial do exercício anterior, Cartão de Contribuinte e Certidão de Registo Comercial.

Avançou que são, igualmente, exigidos o estatuto da sociedade, registo estatístico, Bilhete de Identidade dos sócios e gestores, uma fotografia tipo passe do gestor, extracto bancário dos últimos seis meses num dos bancos parceiros (BAI, BFA, BNI, SOL, BIR, ATLÂNTICO, BIC), registo contabilístico de todas as receitas e despesas (fluxo de caixa), domiciliação de salários ou rendimentos num dos bancos parceiros, declaração de serviço actualizada e recibos de vencimento dos três últimos meses.

O director do Gabinete Provincial para o Desenvolvimento Económico e Integrado indicou que entre os sectores de actividade definidos pelo FACRA constam os de processamento de leguminosas, hortícolas e frutas, de mandioca para a transformação em fuba, farinha, bombó, de peixe seco, de farinha de peixe, de banana e de milho para a produção de fuba e farelo.

Armazenagem e distribuição de produtos agrícolas do campo, armazenagem e distribuição de produtos pesqueiros, reciclagem de plástico, papel, papelão e derivados de celulose e reciclagem de vidros, metais, borracha e pneumáticos constam, também, entre os sectores definidos pelo FACRA.

Os montantes a receber variam entre cem mil e sete milhões de kwanzas, reembolsáveis em dois anos.

Mercadoria apreendida

O Serviço de Investigação Criminal (SIC) no município do Soyo, província do Zaire, impediu a saída de cem sacos de farinha de trigo para a República Democrática do Congo (RDC).

O produto foi apreendido, domingo, no posto fronteiriço fluvial do Kimbumba, quando o proprietário, angolano, se preparava para transportar a mercadoria para a RDC, numa embarcação artesanal.

O director interino do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da Delegação Provincial do Ministério do Interior, Luís Bernardo, disse, à Angop, que a mercadoria foi apreendida pelo facto de o proprietário não apresentar documento que comprovasse o destino exacto do produto.

A mercadoria poderá ser depositada na Administração Geral Tributária

2.4 251 Micro-negócios foram formalizados no mercado

Jornal de Angola

23 De Dezembro de 2020

Texto: Ana Paulo

Embora apenas 50 por cento da meta prevista no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2017-2022), que era de 500 micro, pequenas empresas e cooperativas anuais, o desempenho é bastante aceitável, uma vez que o programa em si apenas teve início no II trimestre deste ano.

De acordo com os dados do Ministério da Economia e Planeamento avançados, ontem, no briefing, este ano, beneficiaram do projecto 842 cidadãos, dos quais 251 são do sector informal. Nos últimos sete dias, foram registados novos 75 pedidos de crédito, no valor de 135,7 milhões de kwanzas.

Deste modo, o stock de financiamento existente desde a operacionalização da linha de financiamento fixou-se nos 973 milhões de kwanzas. Por um lado, desde o funcionamento em pleno da linha de financiamento de micro-crédito no quadro das Medidas de Alívio Económico, foram também registados um total de 1.597 pedidos, avaliados em 2,8 mil milhões de kwanzas.

Novos pedidos

Na apresentação, ontem, do balanço das actividades decorridas, 14 a 18, o secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, disse que do número de pedidos solicitados (75), na semana finda, foram efectivamente financiados 53 projectos relacionados a seis sectores de actividade, cujo valor é de 68,7 milhões de kwanzas.

O sector de Produtos e Serviços da Cadeia de Agro negócio lidera a lista com 43 novos pedidos, no valor de 78 milhões de kwanzas. Foram, na semana, atendidos 30 projectos avaliados em 25,8 milhões de kwanzas, através das instituições financeiras. Segue a área de Distribuição de Produtos Agro-alimentar e de Pescas, com 14 novos pedidos no valor de 27,1 milhões de kwanzas. Dos pedidos, foram financiados 10 projectos avaliados em 18,3 milhões de kwanzas. O Processamento Alimentar, outro sector, registou 12 novos pedidos no valor de 22,6 milhões de kwanzas, dos quais nove obtiveram financiamento num valor estimado em 17,6 milhões de kwanzas.

A área de Desenvolvimento de Softwares obteve dois novos pedidos, avaliados em cerca de 1,1 milhão de kwanzas; a Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos apresentou três novos pedidos, no valor de

5,4 milhões de kwanzas, com financiamento de apenas dois, estimados em 4,3 milhões de kwanzas. A Produção Cultural e Artística, na semana, indicou um novo pedido, no valor de 1,3 milhões de kwanzas, que foi financiado

Aprovados 599 projectos

O sector da Economia aprovou, até à presente data, um total de 599 projectos, dos 1.114 submetidos à banca comercial desde a operacionalização do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

Os projectos aprovados estão avaliados em 465 mil milhões de kwanzas, incluindo um aumento de 28 milhões com a aprovação de mais 42 projectos na semana finda. Segundo o secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, os 599 projectos aprovados já estão em curso e aproximam-se às previsões dos 53 mil postos de trabalho esperados.

Desembolsos

O número de projectos aprovados ascendem a um valor aproximado de 465 mil milhões, distribuídos por Aviso 10/20 do BNA (301,2 mil milhões) de 183 projectos aprovados; Linha de Crédito do Deutsche Bank (99,2 mil milhões) com mais quatro projectos aprovados; as Medidas de Alívio Económico (37,4 mil milhões) de 392 projectos aprovados; o PAC (26,2 mil milhões) de 17 projectos aprovados e os Outros Instrumentos e Produtos Financeiros da Banca (574 milhões) de três projectos aprovados.

Na banca, encontram-se por aprovar 181 projectos.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Crédito avaliado em 272,7 milhões

Jornal de Angola

2 De Dezembro de 2020

Texto: Ana Paulo

Mário Caetano João disse que desde o início da linha de financiamento às Medidas do Alívio Económico foram registados 1.438 pedidos, num valor aproximado de 2.345 milhões kwanzas. Há mais 114 pedidos de crédito do que na semana passada.

No habitual briefing com a imprensa, Mário Caetano João adiantou o número de 36 candidatos, efectivamente financiados, na última semana, de seis sectores de actividade. O valor do desembolso foi de 130,8 milhões de kwanzas, distribuídos a Logística e Distribuição de Produtos Agro-alimentares e Pescas (42,25 milhões), Produtos e Serviços da cadeia do Agro negócio (38,76 milhões), Desenvolvimento de softwares (22,3 milhões), Processamento Alimentar (19,95 milhões), Produção cultural e artística (5 milhões) e Reciclagem de resíduos sólidos urbanos (2,5 milhões).

Registo de contratos

A plataforma electrónica dos contratos de compra futura, conta actualmente com 1075 contratos, mais 212 que na semana transacta.

A meta estabelecida até finais de 2020, desde a operacionalização do " Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), é de mil contratos previstos, mas, tendo em conta a dinâmica do sector a meta foi alcançada e superada para 1075 contratos.

Os acordos registados na plataforma estão distribuídos na Direcção Nacional do Comércio Externo, que representa um total de 532 contratos e em outros vários departamentos, designadamente Bens de Consumo de Origem Nacional (na abreviatura OCD) financiados pelo BDA (288), OCD não financiados pelo BDA (154), Direcção Nacional da Agricultura e Pecuária (43) e Direcção Nacional da Indústria (58).

Decorre o processo de inserção dos contratos registados na plataforma electrónica dos contratos de compra futura ao nível das Direcções Nacionais do

Comércio Externo, Indústria, Agricultura, Pescas, Serviços Veterinários e os GPDEI das 18 províncias.

Um aspecto positivo, tendo em conta a dinâmica de aprovação dos contratos, é o fácil acesso ao licenciamento das importações e a racionalização das importações, segundo destacou o secretário de Estado.

Este procedimento está a fazer com que haja uma dinâmica no processo de contratos de compra futura.

"Estes contratos referem-se aos acordos entre os produtores e operadores de comércio e distribuição, importadores, superfícies comerciais. O novo paradigma de agricultura por contrato vai revolucionar a cadeia de valor do agro negócio e servirá de catalisador na concessão de crédito e subsequente crescimento económico sustentável", vaticinou.

214 projectos estão por aprovar na banca

Ainda no âmbito do Apoio no Acesso ao Crédito encontram-se na banca 214 projectos por aprovar nas várias áreas de produção.

Nos projectos por aprovar destaca-se o sector da agricultura com 113 projectos, seguido do comércio 34, indústria 21, pecuária 14, pesca marítima 10, aquicultura quatro, indústria transformadora e pesca continental, com três (3) e outros sectores diversos com 15 projectos.

Relativamente à linha de financiamento das cooperativas, importa referir que após o envio dos dossiers de crédito das 180 cooperativas, esta semana serão finalizados mais 26 processos de cooperativas a serem remetidos ao BDA. Dos projectos das cooperativas já remetidos ao BDA, na semana em análise, 12 foram aprovados. O total de cooperativas que viram seus projectos aprovados até à data é de 146, num valor de 3,6 mil milhões.

O secretário de Estado para a Economia, Mário Caetano João, informou, por outro lado, que o stock de financiamento desde o início da operacionalização da linha situa-se em 831 milhões.

Com a presente linha de financiamento foram já formalizadas 114 micro e pequenas empresas, o que corresponde a quase 25 por cento da meta prevista no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2017-2022), que determina a formalização anual de 500 micro e pequenas empresas e cooperativas

3.2 Associação procura trabalho para manter delinquência fora das ruas

Jornal Expansão

4 De Dezembro de 2020

Texto: Olga Leite

A 'Associação Delinquência Fora das Ruas' denuncia que o País está a perder jovens, em processo de deixar a marginalidade, novamente para o mundo do crime, porque do lado da sociedade não há ajudas concretas. E o próprio projecto, instalado no Cazenga, enredado na dura crise económica do País e na pandemia, está de mãos atadas, em vias de ficar sem capacidade de resposta. Sem apoios regulares e com uma vaga de desemprego instalada, a 'Associação Delinquência Fora das Ruas' reivindica formação profissional, trabalho, e parcerias com entidades públicas e privadas, para continuar a ser parceira no trabalho social dentro do "barril de pólvora" que é Luanda.

O "perigo espreita" nesta fase de transição, quando depois da rua não há perspectiva de trabalho, e Eric Cabral, com conhecimento de causa, diz que "qualquer pessoa se torna letal, quando só quer sobreviver". Clamam por isso que as empresas acreditem na associação e nos seus membros e "abram portas para oportunidades de trabalho e pequenas colaborações". "Têm de acreditar em nós", dizem.

Reginaldo, coordenador de projectos na associação, assegura que "mais do que pão para a boca" os seus membros precisam de formação profissional técnica em pequenos ofícios, como "serralharia, frio, electricidade, pintura e pichelaria", enumera, consciente do "número gigante de jovens que deixou a vida de delinquência e que continua sem qualquer formação e sem trabalho".

Oprojecto

Todos são ex-delinquentes e já estiveram presos. Por furto, homicídio, assalto à mão armada, falsificação de dinheiro e desobediência à autoridade. Constituem os órgãos dirigentes da associação "Delinquência Fora das Ruas", com sede numa transversal estreitíssima da Rua da Vaidade, no Cazenga,

Tão estreita quanto a distância entre uma vida normal e a delinquência. Que a rua estimula e o instinto de sobrevivência cega. "Basta a fome e a falta de um ofício", atira um dos membros.

Matias Correia conversa com o Expansão com a filha bebé enroscada nas suas pernas. É o presidente da

associação e personifica a ideia que não há amarras para o sonho, mesmo quando o "ideal" que pretendia para a vida nasce entre paredes, no Estabelecimento Prisional de Calomboloca, no Ícolo Bengo, durante uma das diversas penas que cumpriu, neste caso de 9 meses. O tempo para gerar uma vida nova. "Estava cansado desta vida", desabafa. Cumprida a pena, partilha o embrião do sonho com Papá Swegue, kudurista, que lhe dá a mão para lançar a associação.

Foi a 27 de Novembro de 2018, fez na última sexta-feira dois anos, que um punhado de vidas com passado de rua "volta ao local onde tempos antes se vendia droga" para limpar e erguer a sede de uma associação que queria arrastar "para uma vida de bem" outros tantos. Só em 2019, por 2 mil Kz/mês conseguem arrendar uma nova sede, cuja sala anexa dá guarida a uma família, com um elemento invisual, que até aí vivia na rua.

Sem fins lucrativos, mas também sem receitas, sem orçamento, sem apoios regulares, sem parcerias formalizadas, "somos a associação mais pobre que existe na Capital", diz, peremptório, Matias Correia. Ainda assim, com a parceria do Ministério da Educação, através da delegação municipal de Educação, mediou a frequência do ensino primário e médio a 10 adultos, entre os 25 e os 36 anos, e 7 crianças. Eram pessoas que estavam fora do sistema e "estamos por isso muito felizes com o resultado", conta Germano Costa, director de Cultura da associação.

Cansados de bater a tantas portas, há sempre um ou outro apoio que vale o esforço, como o do Ministério do Interior que permitiu o acesso ao registo de mais de meia centena de pessoas, algumas já avós, mas que não tinham registo nem documentos.

"Já desarrumámos Luanda, agora arrumamos"

A "sensibilização de jovens que estão no mundo do crime", refere Eric Cabral, vice-presidente, e "a colaboração com a Polícia Nacional", na sinalização de situações específicas, pelo conhecimento que têm do mundo mais obscuro, constituem a principal missão dos membros da projecto. São muitos, espalhados por diversos bairros. Falam em mais de 800 membros, em Luanda, divididos por "brigadas de sensibilização, de segurança e limpeza", mas também já se organizaram em "brigadas de doação de sangue e peditórios". Têm no portfolio acções solidárias em hospitais e em alguns bairros "quando há muito lixo, mobilizamo-nos e vamos onde é preciso". António Domingos, responsável pela disciplina, aponta para o chão envolvente e descreve o "espaço, outrora favela, agora asseado".

"Já desarrumámos Luanda, agora arrumamos", um eufemismo, segundo os livros, que Eric Cabral aprendeu na rua, que ilustra o seu papel e o dos colegas da associação, "em que cada um sente a dor do outro", sobretudo naqueles meses em que, ao longo dos 30 dias, não se recebe qualquer apoio, mesmo quando alguns dos seus membros sabem o que é sobreviver com 100 Kz por dia, desabafa Eric.

Afonso Francisco, porta-voz, chamou a si o reconhecimento ao Ministério da Juventude e Desporto, pela formação que proporcionou a elementos da associação "na área do empreendedorismo e capacitação em liderança e chefia", e à Administração Municipal do Cazenga, que "já nos apoiou, mas não temos nada regular", remata.

3.3 Fenómeno «Sócia» o alívio alimentar das famílias de Luanda

Novo Jornal

4 De Dezembro de 2020

Texto: Euclides Sela

Para diversificar a alimentação em casa e esquivar-se da fome, muitos responsáveis de famílias de baixa e média rendas recorrem ao fenómeno "sócia", que consiste na junção de valores entre duas ou mais pessoas, para adquirir bens alimentares comercializados em caixas ou sacos e depois reparti-los de forma equitativa.

A crise financeira que afecta o País desde meados de 2014, associada à desvalorização da moeda nacional, o Kwanza, que consequentemente reduziu o poder de compra da classe trabalhista e intermédia, e agora a Covid-19, são factores que deixam os cidadãos com poucas margens de manobra no que ao consumo de alimentos diz respeito.

Com toda esta turbulência socioeconómica, a saída que as famílias encontraram para sobreviver tem sido o fenómeno "Sócia". Esse facto é relatado por cidadãos que, vendo-se angustiados com a pobreza extrema à qual estão submetidos, lamentam o facto de os discursos oficiais não abordarem os problemas com realismo.

As donas de casa são as pessoas que mais se deslocam aos famosos armazéns de venda de produtos alimentares, dizem que o método "sócia" tem permitido aos cidadãos mais carenciados e aos da classe média levarem para casa diversos produtos alimentares, mesmo com pouco recurso financeiro, "apesar de, às vezes, não suportar o mês completo, devido à discrepância entre o consumo e a

quantidade de produtos conseguidos", desabafa dona Suzana, funcionária de uma instituição privada, em Luanda.

"A vida está difícil. Nos mercados, os preços dos produtos estão cada vez mais altos. A "Sócia" tem sido solução para o povo de baixa renda sobreviver", lamenta Suzana.

Aurora Gracinda, que também tem optado pela "sócia" para garantir a comida à mesa, explica que a situação está cada vez pior e que o salário já não é suficiente para comprar alimentos sem que se recorra a esse método. "Ganho 60 mil kwanzas, desse valor 18 mil gasto em táxi para chegar ao serviço, dos 15 mil sai o dinheiro para pagar água, luz e renda de ", casa e com os 27 mil restantes procuro comprar a alimentação, material didáctico para os meus filhos e medicamentos, em caso de doença. É difícil", desabafa.

Aurora entende que muitas pessoas do seu estrato social, se hoje sobrevivem, é "graças a Deus". De acordo com a interlocutora, "quando o salário atrasa, a situação fica mais complicada", porque é forçada a contrair dívida para colocar comida à mesa.

Madalena Mavo, comerciante de bens alimentares, entende que 90% das pessoas que acorrem ao seu armazém de frescos demonstram não ter dinheiro para comprar produtos em sacos ou caixas para si. "Por isso, duas ou mais pessoas juntam os seus valores monetários e compram o produto desejado. Posteriormente, dividem de forma equilibrada".

Exemplificando melhor, a negociante explica que, por exemplo, uma caixa de coxa de 10 quilogramas custa, em média, nove mil e 500 kwanzas, enquanto o saco de arroz está avaliado em 13 mil Kz, mas, havendo muitas pessoas com dificuldades financeiras, a opção acaba por ser a "sócia". "Noutros tempos, há cerca de seis anos, os cidadãos não afortunados e os menos afortunados conseguiam adquirir determinados alimentos sem recorrer à "sócia", explica uma balconista de um dos armazéns da cidade capital.

Bengui Baptista, professor do ensino secundário, afirma que este fenómeno tem ajudado muitas famílias a reduzir as suas dificuldades, mas não traz progresso social nem bem-estar, estando, deste modo, cada vez mais distante da tão desejada qualidade devida.

"Os mal remunerados em Angola lutam apenas para as painéis de casa não entrarem de férias, mas não devia ser assim. Geologicamente, temos um país rico, porém as altas taxas de desemprego e a pobreza

extrema preocupam-nos. Logo, o Estado deve implementar políticas novas e exequíveis para devolver às famílias o poder de compras, além de permitir empreendedorismo auto-sustentável que crie postos de trabalho para muitas pessoas na situação de desemprego", explica o docente.

Já para o professor Bernardo Nganga, os sinais de pobreza são cada vez mais visíveis, sobretudo à medida que se entra nos bairros suburbanos, onde falta quase tudo em termos de serviços sociais, desde o mais avançado até ao mais elementar.

"Emprego sem formação nem experiência

Muitos jovens estão desempregados e, para não ficarem parados, prestam auxílio às donas de casa e instalam-se na parte externa dos armazéns, aguardando pelas pessoas que vão fazer compras de alimentos para entrar em acção.

Júlio Mbulande, 20 anos, disse ao Novo Jornal que, para garantir alimentação em casa, depende do método "Sócia", chamando ou procurando por outra pessoa. De seguida, o jovem é o que faz a divisão equitativa do produto comprado conjuntamente e, no final, são-lhe entregues 200 a 300 kwanzas pelo serviço prestado. "Não temos emprego. Esta ocupação é a nossa saída. Não queremos discursos, queremos empregos", manifesta o jovem de Benguela.

Waldemar Machado, de 14 anos, conta que os seus pais sabem deste trabalho de chamar "sócia", apesar de estar em idade escolar. "Os meus pais não têm recursos financeiros suficientes para cobrir as despesas com o material didáctico e o táxi, logo a minha saída é esta ocupação, porque me permite levar para casa dinheiro", assume.

Segundo o menor ouvido pelo NJ, esta é uma forma de se estar ocupado e de se ganhar dinheiro para sustentar a nossa casa e os nossos caprichos, porque, uma vez ocupados, evitamos trilhar para o caminho da delinquência".

Olhar sociológico

O sociólogo Nkanga Gomes define a "Sócia" como um modo de vida que as famílias angolanas encontraram para poder sobreviver e resistir aos altos preços dos bens alimentares, devido aos baixos salários. "A 'sócia' serve de indicador mensurável de nível de pobreza extrema das famílias. O rendimento ou salário mínimo nacional ronda os 22 mil kwanzas, desta forma torna-se difícil as famílias comprarem alimentação em quantidade necessária", sublinha.

Segundo o especialista, este fenómeno tem a adesão das pessoas pobres, aquelas que, tendo pouco dinheiro, desejam, por exemplo, comprar um saco de arroz ou uma caixa de peixe, mas sozinhas não o podem. "Por isso, o interessado, por meio dos chamadores, procuram alguém com a mesma dificuldade financeira e, encontrando-a, juntam-se e compram o almejado bem alimentar, repartindo as despesas às meias".

Embora seja indicador de extrema pobreza, Nkanga acredita que as famílias, por via deste fenómeno, conseguem diversificar nas suas casas a dieta alimentar, neste sentido é uma vantagem para as pessoas com baixo rendimento mensal.

"Quem governa o País devia envergonhar-se desta situação, pois não devia ser prestigiante para o Executivo saber que hoje a maioria da população para comprar alimentos de primeira necessidade, como o arroz, massa, óleo vegetal, peixe, coxa, carne, feijão, fuba de milho, etc., precisa de se juntar a alguém com as mesmas dificuldades financeiras. Logo, este fenómeno vem demonstrar que as políticas públicas do Governo são falhadas", critica o sociólogo.

O também analista de assuntos sociais reconhece que a criatividade e o sacrifício dos angolanos pobres são alguns motivos que justificam a sobrevivência do povo. "Apesar da crise económica e pandémica que o País vive, o Governo deve fazer uma introspecção e devolver o poder de compra às famílias, com políticas e acções concretas a curto e médio-prazos", aconselha.

3.4 Fomento a pesca artesanal na província do bengo

Jornal Expansão

4 De Dezembro de 2020

No âmbito do programa de apoio à pesca artesanal e aquíicultura, um grupo de pescadores na comuna do Úcua, província do Bengo, beneficiou de 238 kits (material) de pesca a fim de aumentar a produção. Segundo o vice-governador para o sector Político Económico e Social, José Pedro, o projecto é de iniciativa do governo, com o financiamento do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrário

(FI DA), estando a ser implantado desde 2017 na comunidade do Zenza do Golungo.

3.5 Lixo e metas criam opções de emprego formal e informal

Jornal Expansão
4 De Dezembro de 2020
Texto: Mirene da Cruz

E se lhe disser que todos os dias pisa em dinheiro na rua? Pode parecer exagero, mas não é. Há muita matéria-prima espalhada pelo chão. Muitos não se dão conta, nem olham para o lixo que pisam como potencial gerador de receita, ao contrário de Pedro Nzozi, que usa a sua motorizada de três rodas para andar de rua em rua, na periferia até ao centro da cidade, em busca de alumínio, cobre, ferro e outros metais.

Com o auxílio de um megafone, Nzozi circula uma gravação com a qual informa os interessados que compra produtos que a maior parte das pessoas descarta e deposita no lixo, sem denunciar o valor que paga por eles. Entre uma e outra volta, Pedro vai metendo peças na carroçaria da motorizada.

"Há dias em que conseguimos mais material do que noutros", diz ao Expansão. Ainda assim não desanima. Quando começou havia pouca gente a apanhar lixo. Hoje muitos recolhem e levam para fábricas. Por isso, nem todos os dias são bons neste 'garimpo'.

Imagine que Pedro paga entre 1.500 a 2.000 kz por uma bateria e 700 kz por um ferro de engomar, só para dar exemplos. Valores que dependem sempre do estado em que se encontra o material. Na fábrica, Pedro Nzozi recebe 350 kz por cada quilo, indiferentemente dos objectos que leve.

"Por isso, quanto mais melhor", confirmou.

Pedro Nzozi vive da recolha de metais há 5 anos. Com a recolha, conseguiu terminar a sua residência, cuja construção iniciou quando estava empregado numa oficina mecânica. Com o desemprego, perdeu a vergonha e lançou-se "ao lixo". Hoje vive disso.

Joana Cristina, de 42 anos, cedo percebeu o valor das embalagens de alumínio, cobre e ferro jogado nos contentores de lixo. Hoje é com as "montanhas" de resíduos que sustenta a família.

"Hoje vivo do lixo", resume esta mãe de quatro filhos.

Há sensivelmente sete anos que a colectora de lixo apanha e vende os resíduos sólidos em várias empresas localizadas no pólo industrial de Viana. Com o que ganhou durante este período de tempo,

Joana conseguiu alimentar os filhos, e arcar com as despesas de educação e saúde, também.

Ao contrário de Joana - que anda pelos contentores com os dois filhos mais crescidos para apanhar o lixo e, por vezes, faz uma ronda por residências à procura de material - Aurora Sampaio espera que os metais cheguem até ela. A porta afixou um papelão com os dizeres:

"Compro alumínio, ferro, baterias a bom preço".

Com esta iniciativa, a mulher de 35 anos consegue acumular um volume suficiente de material que leva para a fábrica, poupando o esforço e o risco de sair de casa e não conseguir nada, como aconteceu muitas vezes, nos anos que leva na recolha de metais.

Mas nem sempre foi assim.

Aurora Sampaio contou, que durante dois ou três anos, circulava pelos contentores em busca de lixo que pudesse ser reaproveitado. Não media esforços e, por isso, teve êxito.

Mas, de um tempo a esta parte, percebeu que cresce o número de pessoas interessadas no material reciclável, o que torna os contentores muito disputados..

"Já tenho clientes fixos e isso ajuda muito", contou.

3.6 251 Micro-negócios foram formalizados no mercado

Jornal de Angola
23 De Dezembro de 2020
Texto: Ana Paulo

Embora apenas 50 por cento da meta prevista no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2017-2022), que era de 500 micro, pequenas empresas e cooperativas anuais, o desempenho é bastante aceitável, uma vez que o programa em si apenas teve início no II trimestre deste ano.

De acordo com os dados do Ministério da Economia e Planeamento avançados, ontem, no briefing, este ano, beneficiaram do projecto 842 cidadãos, dos quais 251 são do sector informal. Nos últimos sete dias, foram registados novos 75 pedidos de crédito, no valor de 135,7 milhões de kwanzas.

Deste modo, o stock de financiamento existente desde a operacionalização da linha de financiamento fixou-se nos 973 milhões de kwanzas. Por um lado, desde o funcionamento em pleno da linha de financiamento de micro-crédito no quadro das

Medidas de Alívio Económico, foram também registados um total de 1.597 pedidos, avaliados em 2,8 mil milhões de kwanzas.

Novos pedidos

Na apresentação, ontem, do balanço das actividades decorridas, 14 a 18, o secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, disse que do número de pedidos solicitados (75), na semana finda, foram efectivamente financiados 53 projectos relacionados a seis sectores de actividade, cujo valor é de 68,7 milhões de kwanzas.

O sector de Produtos e Serviços da Cadeia de Agro negócio lidera a lista com 43 novos pedidos, no valor de 78 milhões de kwanzas. Foram, na semana, atendidos 30 projectos avaliados em 25,8 milhões de kwanzas, através das instituições financeiras. Segue a área de Distribuição de Produtos Agro-alimentar e de Pescas, com 14 novos pedidos no valor de 27,1 milhões de kwanzas. Dos pedidos, foram financiados 10 projectos avaliados em 18,3 milhões de kwanzas. O Processamento Alimentar, outro sector, registou 12 novos pedidos no valor de 22,6 milhões de kwanzas, dos quais nove obtiveram financiamento num valor estimado em 17,6 milhões de kwanzas.

A área de Desenvolvimento de Softwares obteve dois novos pedidos, avaliados em cerca de 1,1 milhão de kwanzas; a Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos apresentou três novos pedidos, no valor de 5,4 milhões de kwanzas, com financiamento de apenas dois, estimados em 4,3 milhões de kwanzas. A Produção Cultural e Artística, na semana, indicou um novo pedido, no valor de 1,3 milhões de kwanzas, que foi financiado

Aprovados 599 projectos

O sector da Economia aprovou, até à presente data, um total de 599 projectos, dos 1.114 submetidos à banca comercial desde a operacionalização do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

Os projectos aprovados estão avaliados em 465 mil milhões de kwanzas, incluindo um aumento de 28 milhões com a aprovação de mais 42 projectos na semana finda. Segundo o secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, os 599 projectos aprovados já estão em curso e aproximam-se às previsões dos 53 mil postos de trabalho esperados.

Desembolsos

O número de projectos aprovados ascendem a um valor aproximado de 465 mil milhões, distribuídos

por Aviso 10/20 do BNA (301,2 mil milhões) de 183 projectos aprovados; Linha de Crédito do Deutsche Bank (99,2 mil milhões) com mais quatro projectos aprovados; as Medidas de Alívio Económico (37,4 mil milhões) de 392 projectos aprovados; o PAC (26,2 mil milhões) de 17 projectos aprovados e os Outros Instrumentos e Produtos Financeiros da Banca (574 milhões) de três projectos aprovados.

Na banca, encontram-se por aprovar 181 projectos.

3.7 Moto-taxistas têm regulamento

Jornal de Angola

28 De Dezembro de 2020

O Ministério dos Transportes conta já com um diploma orientador do serviço de moto-táxi no país, partilhado com várias instituições, em particular os governos provinciais, que têm a missão de monitorar esta actividade.

Essa informação foi avançada, sábado, em Luanda, pelo ministro dos Transportes, Ricardo de Abreu, em declarações à Rádio Nacional de Angola (RNA), tendo referido que o documento foi também discutido com os ministérios do Interior, Acção Social e Administração do Território, para se obter um regulamento robusto.

Esse documento, referiu, visa assegurar o bom funcionamento do serviço de moto-taxistas no país.

Fez saber, por outro lado, que o Ministério dos Transportes vai colocar em circulação, até 2022, 1.783 autocarros públicos, para melhorar a mobilidade no país.

Deste número, precisou, 873 autocarros já estão a operar, sendo 373 em Luanda e os restantes nas outras províncias do país.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Crédito adicional de 2,6 mil milhões Kz para SINSE

Novo Jornal

4 De Dezembro de 2020

O Presidente da República, João Lourenço, aprovou, recentemente, a abertura de um crédito adicional suplementar no valor de 2,6 mil milhões de kwanzas para o pagamento das despesas do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SINSE).

o Decreto Presidencial 302/20 define que "o crédito deve ser atribuído faseadamente, em função das necessidades de pagamento e após esgotadas todas as verbas atribuídas inicialmente".

o Serviço de Inteligência e de Segurança de Estado é o organismo do Estado que integra o sistema de segurança nacional destinado a garantir a segurança interna e necessária a prevenir, a impedir e a combater actos que, pela sua natureza, possam perigar o Estado de Direito constitucionalmente estabelecido.

Este importante organismo, que garante a segurança do Estado e a soberania, é liderado por Fernando Garcia Miala, desde Março de 2018, promovido, pouco antes da cerimónia da tomada de posse, de tenente-general a general.

Para além do SINSE, existem formalmente mais dois serviços de informação no País: o Serviço de Inteligência Externa e o Serviço de Inteligência e Segurança Militar.

Estes dois serviços também manifestaram, há dias, a necessidade de mais verbas, para fazer face aos actuais desafios que o mundo vive, uma vez que a prevista no OGE servirá apenas para pagar algumas despesas como, por exemplo, com o pessoal.

A competência para a nomeação dos respectivos directores destes serviços é exclusividade do Presidente da República, João Lourenço.

SANDRA BERNARDO

4.2 OGE «Secretas» querem melhorar capacidade intervenção

Novo Jornal

4 De Dezembro de 2020

Texto: Norberto Abias

O director-adjunto dos Serviços de Inteligência e Segurança Militar (SISM), Carlos Filipe, considerou, esta semana, "insuficiente" a dotação orçamental atribuída ao órgão para cobrir os programas de desenvolvimento e modernização, a julgar pela sua importância na garantia da segurança e soberania do País.

Segundo dados obtidos na página oficial da Assembleia Nacional (AN), o responsável referiu: "o orçamento que nos foi atribuído vai servir apenas para despesas com bens e serviços, onde cerca de 50 por cento será destinado à despesa com o pessoal (pagamento de salários) e atribuição de subsídios para o cumprimento de missões dos adidos militares nas embaixadas".

Já o director dos Serviços de Inteligência e segurança de Estado (SINSE), Fernando Garcia Miala, conforme a mesma página da AN, terá aproveitado o momento para adiantar as prioridades do órgão que dirige, designadamente: despesas com pessoal, aquisição de meios tecnológicos de trabalho, formação e capacitação dos agentes de inteligência.

O chefe da Interna prestou estas informações no âmbito da apreciação, na especialidade, da proposta de Lei do OGE para 2021 pelos deputados da 2.ª Comissão de Trabalho da AN.

"Vamos continuar a fazer mais investimentos em termos de infra-estruturas e, principalmente, em tecnologias de informação, para prevenir os crimes através de informações correctas e antecipadas, pois este é o nosso grande foco", salienta.

Miala adianta que o SINSE prevê o recrutamento de novos agentes no próximo ano, com o propósito de melhorar a sua capacidade de intervenção, face aos perigos actuais que o mundo enfrenta nos dias de hoje, com destaque para os crimes cibernéticos.

O director-geral dos Serviços de Inteligência Externa (SIE), José Luís Caetano de Sousa, alinhou no mesmo diapasão, colocando, dentre as prioridades deste órgão no OGE 2021, o enquadramento de oficiais de inteligência junto das embaixadas que ainda os não têm.

Outra questão que preocupa o homem forte do SIE, tem a ver com o aprimoramento das relações com o Ministério das Relações Exteriores.

"Prevenir as ameaças externas de terrorismo, através da informação dos nossos oficiais de inteligência destacados nas diversas embaixadas, com meios tecnológicos para o efeito, também consta das nossas prioridades para o próximo orçamento", afirma.

A inteligência cibernética

O engenheiro informático João Junqueira, contactado pelo NJ, aconselha as instituições a adoptarem métodos de segurança eficazes para a protecção dos dados das suas empresas contra os ataques cibernéticos.

"É claro que o cibercrime tem impacto real e negativo sobre a economia global. Com o tempo, o crime cibernético tornou-se numa indústria em crescimento", declara Q especialista, salientando que a prevenção passa pela detecção de comportamentos maliciosos, criação de políticas de segurança, formação e orientação de colaboradores e criação de campanhas de consciencialização de segurança da informação.

A procura pelos serviços de cybersecurtem sido recorrente quer por instituições públicas e privadas, quer por pessoas singulares, mas João Junqueira lamenta o facto de muitas empresas procurarem apenas pelos serviços de segurança cibernética só depois de sofrerem ataques.

"Aqui estão alguns exemplos específicos de diferentes tipos de crime cibernético, nomeadamente: fraude por e-mail e pela internet, fraude de identidades, quando informações pessoais são roubadas e usadas, roubo de dados financeiros ou relacionados com pagamento de cartões (...), extorsão cibernética, que exige dinheiro para impedir o ataque ameaçado e espionagem cibernética, quando hackers acedem a dados do Governo ou de uma empresa", enumera.

Miala, que falava aos deputados da 2.ª Comissão de Trabalho da AN, que trata dos assuntos de Defesa Nacional, Segurança, Ordem Interna, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, refere que o País vai ter Centro de Detecção de Crimes Cibernéticos, cujo projecto de lei está em apreciação, na especialidade, no Parlamento.

4.3 3,9 Biliões para pagar aos credores internos

Jornal de Angola

09 De Dezembro de 2020

Texto: Isaque Lourenço

No recente webinar, que marcou o encerramento do ciclo de conferências "descomplicar o OGE", a secretária de Estado para o Orçamento e Investimento, Aia-Eza da Silva, deixou claro que apesar do cenário de restrições, o compromisso do Governo com um ambiente económico interno mais animado e capaz de gerar retoma em vários segmentos é uma certeza.

Conforme ilustrou, a dívida externa a pagar em 2021 é de 3.804,2 mil milhões (25,7 por cento), do total de 7.756,7 mil milhões (52,5 por cento) inscritos como despesas financeiras.

Já no capítulo da despesa fiscal primária, calculada em 7.028,5 mil milhões, a Remuneração do Pessoal ficou estimada em 2.471,5 mil milhões (16,7 por cento) e 1.382,1 mil milhões (9,3 por cento) são despesas com Bens e Serviços, 893,7 mil milhões com Transferências Correntes (dos quais 209,8 mil milhões são para Subsídios), 1.511 mil milhões para despesas de capital.

OGE participativo

No encerramento do ciclo de conferências virtuais, numa iniciativa do Ministério das Finanças em parceria com o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Aia-Eza da Silva considerou o OGE um instrumento essencial que pode ser melhorado com contributos e opiniões, de todos, visando melhorias na elaboração e uma maior abrangência.

"Para 2021 projecta-se estagnação da actividade económica global, contrariamente às contracções económicas registadas nos últimos cinco (5) anos. Prevê-se uma expansão de 2,1 por cento para o sector não petrolífero, contrastando com a queda estimada para 2020. O sector petrolífero deverá voltar a contrair em 2021", disse.

Dentre as várias recomendações deixadas pelo UNICEF destacam-se a melhoria da abrangência da Proposta Orçamental do Executivo para o ano fiscal em discussão, incluindo informações adicionais sobre activos e passivos do Governo e sobre novas propostas de política no orçamento, e a publicação do Relatório de Auditoria do exercício anterior no site do Tribunal de Contas, até 31 de Dezembro.

O Ministério das Finanças nesta parceria com o UNICEF buscou dialogar mais com as pessoas e organizações.

Durante o ciclo de conferências, os participantes tiveram a oportunidade de colocar preocupações, numa interacção bastante dinâmica com os governantes e parceiros, que também reconheceram a inovação.

4.4 Chefe da Junta Militar aceita desarmamento

Jornal de Angola
9 De Dezembro de 2020

João Machava, um dos principais rostos da auto-proclamada Junta Militar, uma dissidência armada da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), aderiu ao processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), disse, segunda-feira, à Lusa, o porta-voz do principal partido da oposição

José Manteigas afirmou que João Machava, com patente de coronel, foi desmobilizado no quadro da desactivação da base do braço armado da Renamo no distrito de Mabote, província de Inhambane, Sul de Moçambique. "Não tenho detalhes, mas é o único João Machava que tínhamos na base de Mabote. Foi, sim, desmobilizado", afirmou Manteigas. João Machava era o comandante da base e com ele foram desmobilizados cerca de outros 300 guerrilheiros que viviam no local. O Notícias, principal diário moçambicano, escreveu que Machava passou à vida civil e voltou para a sua casa no distrito de Chokwé, província de Gaza, Sul do país.

O ex-guerrilheiro apareceu ao lado do líder da Junta Militar da Renamo, Mariano Nhongo, no anúncio da criação deste movimento, em 2019, na serra da Gorongosa, centro do país, chegando a ser considerado o "número dois" da organização. O representante do Secretário-Geral da ONU em Moçambique, Mirko Manzoni, disse que pelo menos seis bases da Renamo foram desactivadas no âmbito do processo de Desmilitarização, Desarmamento e Reintegração (DDR) previsto no acordo de paz assinado em 2019 em Moçambique.

"Contam-se já um total de seis bases encerradas em 2020. Aguardamos com expectativa o ano de 2021, o trabalho que temos pela frente é imenso", refere uma nota distribuída à comunicação social pelo enviado pessoal de António Guterres.

O acordo de paz em Moçambique foi assinado em Agosto de 2019 pelo Chefe de Estado moçambicano, Filipe Nyusi, e pelo presidente Renamo, Ossufo Momade, prevendo, entre outros aspectos, o desarmamento, desmobilização e reintegração do braço armado do principal partido de oposição. Segundo a fonte, há mais 3.700 guerrilheiros que aguardam pelo DDR, de um total de cinco inicialmente previstos.

4.5 O Orçamento de 2021 e os desafios do país

Jornal de Angola
15 De Dezembro de 2020

A Assembleia Nacional aprovou, ontem, o Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercício económico de 2021, depois de mais de um mês de discussões nas comissões de especialidade e auscultação dos parceiros sociais

Com receitas e despesas avaliadas em 14,7 biliões de kwanzas, o principal instrumento de gestão financeira do Estado para o próximo ano tem um incremento de 9,9 por cento em relação ao OGE em execução, não obstante todas as limitações resultantes da crise económica e financeira, acrescida das incertezas devido à pandemia da Covid-19, que atingiu o país em Março.

O diploma prioriza o sector social, com 39,5 por cento das verbas, onde se destacam a Saúde e a Educação, duas áreas que representam os maiores desafios para o país, com reflexo directo na redução da pobreza.

Outro grande desafio é o sector económico, com destaque para a Agricultura e o fomento da produção interna, através do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI).

Aliás, aguarda-se, em 2021, por um melhor desempenho do sector não petrolífero, uma das apostas do Executivo nos últimos anos, no esforço de o país se libertar da dependência do petróleo.

Como afirmou recentemente o ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, na execução do OGE do próximo ano, o Executivo vai dar maior atenção ao aumento da

produção nacional, sobretudo dos bens de alto consumo que o país tem capacidade de produzir.

Com a concretização deste objectivo vai ser possível aumentar o emprego a nível nacional e os rendimentos das famílias, com a consequente melhoria do nível de vida da população. Resta agora, como indicou a ministra das Finanças, Vera Daves, após a aprovação do diploma, assegurar que as expectativas que estão a ser criadas com a aprovação do OGE para 2021 não sejam goradas. Como referiu, o mais importante é assegurar que tudo o que foi projectado se concretize, tanto do lado da receita como da despesa e que toda a despesa seja executada de acordo com a lei, respeitando as boas práticas de contratação pública, para que o resultado final seja a melhoria efectiva da condição social e económica de todos os angolanos

4.6 Cada cidadão angolano já deve 1.557 USD ao estrangeiro

Jornal Expansão

20 De Dezembro de 2020

Texto: Alexandre Lourenço

A dívida pública continua a ser uma grande 'dor de cabeça' para os governantes do País já que não para de subir. Cada um dos mais de 30 milhões de angolanos devia, no final de 2018, 1.557 USD ao estrangeiro, de acordo com cálculos do Expansão a partir dos dados do stock da dívida pública externa publicados pelo Banco Nacional de Angola (BNA) no relatório da Balança de Pagamentos e Posição de Investimentos ao último trimestre ao ano passado.

Este montante resulta de divisão dos 46.982 milhões USD de stock da dívida pública externa incluindo atrasados, registados em 2018, pelos 30.175.533 habitantes projectados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para 2019. Trata-se de um aumento de 8,3% face 2017, ano em que a dívida pública externa atingiu 43.319 milhões USD, uma subida de 12 pontos percentuais em percentagem do PIB, que em 2017 era de 36%, subindo para 48% em 2018.

O endividamento público, que engloba o governo central e o sector público empresarial, inclui 36.575 milhões USD de dívida a bancos comerciais, 7.126 milhões USD de dívida bilateral, ou seja, a outros Estados, e 3.280 milhões USD de dívida multilateral a instituições como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A parcela que mais cresceu no último ano foi a dívida multilateral, que registou um aumento de 54,6%, passando dos 2.122 milhões USD em 2017, para os

3.280 milhões USD de 2018, sobretudo devido à disponibilização da primeira tranche do Programa de Financiamento Alargado do FM, no valor de 990,7 milhões USD, que chegaram ao País em Dezembro.

O principal credor de Angola é a China, com mais de 12 mil milhões USD em dívida bilateral, via China Exim Bank, e dívida a bancos comerciais, nomeadamente ao China Development Bank (CDB), 15,5 mil milhões USD, e ao Industrial And Commercial Bank of China (ICBC), com 700 milhões USD. No final de 2017, quase 60% das dívidas ao estrangeiro eram retidas por petróleo.

Segundo o Acordo Alargado ao Abrigo do Programa de Financiamento Ampliado, assinado em Dezembro, Governo e FMI projectam que dívida pública externa do País permaneça estável a rondar os 45% do PIE até final do programa, em 2021. Entre dívida externa e interna do Governo central e da Sonangol, o País devia no final de 2018 o equivalente a 91% do Produto Interno Bruto. Como meta, o acordo aponta uma dívida pública (Governo central, Sonangol e TAAG) de 65% no final de programa.

4.7 Dívida pública angolana fecha 2019 em históricos 111% do PIB

Jornal de Angola

20 De Dezembro de 2020

Texto Joaquim José Reis

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu em alta o rácio de dívida pública angolana para 111% do Produto Interno Bruto (PIB) no final deste ano, depois de inicialmente ter apontado aos 91%. A 'culpa' é da desvalorização rápida do Kwanza face às moedas internacionais no IV trimestre e a queda da produção de petróleo no País, revela o documento sobre a segunda avaliação ao cumprimento das metas do programa de financiamento a Angola publicado esta semana no site da instituição.

"A dívida de Angola permanece sustentável, mas o rácio dívida/PIE aumentou substancialmente, e os riscos já altos aumentaram ainda mais. A dívida permanece altamente vulnerável a choques macro-fiscais, com os principais riscos a serem a sustentabilidade da dívida decorrente da depreciação da taxa de câmbio mais rápida do que o esperado, declínios adicionais da produção ou dos preços de petróleo, ou a deterioração das condições de financiamento", refere o documento.

Só em 2021 é que a dívida pública (Governo, Sonangol, TAAG e dívida com garantia do Estado) deverá ficar abaixo dos 100% do PIE, mais

concretamente 95,1%. O FMI prevê que em 2020 o rácio dívida jPIE seja de 102% no final do ano. Recorde-se que a ministra das Finanças, Vera Daves, admitiu recentemente que a dívida pública deve atingir um valor recorde no próximo ano, estimando que o rácio do stock da dívida sobre o PIE diminua a partir do segundo semestre de 2020.

Por outro lado, o Fundo Monetário reviu em baixa o crescimento económico para 2019, passando de 0,3% para -1,1%, igual ao projectado pelo Governo. Trata-se da terceira revisão em baixa ao crescimento do Produto Interno Bruto operada este ano pelo FMI: inicialmente apontava a um crescimento de 2,5%, depois reviu para 0,4%, em Outubro cortou para 0,3% e agora aponta a -1,1%. Justifica dizendo que a "actividade económica é mais fraca que o esperado", muito por 'culpa' da produção petrolífera abaixo do inicialmente projectado, refere o documento. Em relação ao sector petrolífero, o FMI reviu em baixa o crescimento deste sector passando inicialmente projectados -1,9% para -5,0%. Quanto ao sector não petrolífero reviu um crescimento de 1,3% face a 2018 para uma quase estagnação do sector na ordem dos 0,6%.

Estes são algumas das alterações ao quadro macroeconómico angolano que constam no documento do FMI sobre a segunda avaliação ao cumprimento das metas e objectivos do Programa de Financiamento Ampliado, que já garantiu a Angola 1.500 milhões USD do total dos 3.700 milhões USD do programa.

O Fundo aceitou alterações ao prazo de cumprimento de seis indicadores estruturais, e cinco novos indicadores relacionados com a consolidação orçamental e a transparência, e para apoio à reestruturação do sector financeiro (ver tabela). Aceitou também o pedido para não serem avaliados e para que sejam modificadas dois critérios de desempenho: nas Reservas Líquidas Internacionais (RIL) e a não acumulação de pagamentos atrasados ao exterior, este último, porque existem dificuldades em fazer passar pagamentos em moeda estrangeira por bancos correspondentes.

Entretanto, o FMI destaque o Governo eliminou "os desequilíbrios" que ainda persistiam no mercado cambial" e conseguiu reduzir os constrangimentos à formação de preço pelo mercado nos leilões de divisas no âmbito do processo de liberalização cambial operado pelo BNA.

4.8 ADRA e OPSA criticam prioridades do OGE 2021

Jornal de Angola

21 De Dezembro de 2020

Texto: Miguel Gomes

No que diz respeito às grandes orientações em política económico-financeira e política social, a proposta de OGE para 2021, segundo a análise da ADRA e do OPSA, divulgada recentemente, em Luanda, enfatiza como prioridades a estabilidade financeira, a dinamização e diversificação da economia e a protecção das famílias e comunidades mais vulneráveis.

No entanto, "a leitura funcional das despesas previstas no OGE 2021 revela uma outra hierarquia".

A prioridade do Governo para o próximo ano é o pagamento da dívida pública, que absorve 52,5 por cento do OGE 2021. "Em segundo lugar surge a função de soberania, que engloba os sectores da Defesa, Segurança e Ordem Pública e os Serviços Públicos Gerais. A esta função é atribuída 21 por cento do OGE", refere o documento.

O terceiro lugar nas prioridades é ocupado pelo sector social, que recebe 18,8 por cento do OGE.

Dos 14,7 biliões de kwanzas da proposta para 2021, 627 mil milhões são atribuídos ao sector da Defesa, o que equivale a 4,24 por cento do montante geral. Já o sector da Segurança e Ordem Pública absorve 707,3 mil milhões, que representa um peso de 4,78 por cento no total do OGE. Estes dois sectores respondem por 9,02 por cento do OGE.

"Em contrapartida, ao sector da Protecção Social – absolutamente vital para combater a crise social – será canalizado um montante de 560 mil milhões de kwanzas", compara a ADRA e o OPSA.

Ainda sobre a Protecção Social, os autores da análise questionam a rubrica "outros serviços de protecção social" (descrição que não permite compreender que tipo de programas serão implementados), que tem maior peso orçamental (3,63 por cento) do que outras rubricas consideradas importantes.

Saúde e Educação

No que diz respeito à Saúde e Educação, a ADRA e o OPSA frisam que existe uma "expectativa muito razoável da sociedade" relativa à necessidade de adaptar os sistemas "aos constrangimentos e desafios impostos pela pandemia".

"Não realizar este investimento agora acarretará consequências a curto, médio e longo prazo profundamente negativas", lembram os autores.

No caso da Educação, entre o valor orçamentado em 2020 e a proposta para 2021, a variação real é negativa em cinco pontos percentuais. E não existe qualquer rubrica dedicada explicitamente a medidas de biossegurança.

"A única novidade, neste capítulo, é a introdução do Programa de Educação em Situação de Emergência, com uma dotação de mais de 1000 milhões de kwanzas. Mas, também, este programa carece de informação, o que ajuda a opacidade, mas não a transparência", frisa o documento.

Ao nível da Saúde, o relatório de fundamentação do OGE 2021 indica que o orçamento para este sector merecerá um reforço de três por cento. "Mas, em termos reais, o montante será apenas de 193,4 mil milhões – um valor inferior ao que foi atribuído em 2020", revelam.

Relativamente à transparência, prestação de contas e informação à sociedade, de acordo com o Open Budget Survey (uma pesquisa independente que analisa vários países do mundo), entre 2017 e 2019, a classificação de Angola no índice de transparência orçamental mundial subiu de 25 para 33 pontos.

A melhoria não tirou o país de uma classificação negativa (abaixo de 36 pontos) e da lista de países que colocam à disposição dos cidadãos informações mínimas: em 2019, não foi apresentada a declaração pré-orçamental, não foi produzida a avaliação intercalar da execução do OGE e o relatório de auditoria restringiu-se a uso interno. Angola teve, assim, a mesma pontuação que o Bangladesh. O Azerbaijão obteve 35 pontos.

Outros países do continente que são mais próximos da realidade angolana obtiveram classificações mais altas: Moçambique teve 42 pontos, Zimbabwe teve 49 pontos e Namíbia teve 51 pontos.

"Na verdade", conclui a análise da ADRA e do OPSA, "Angola enfrenta esta crise extraordinária com medidas ordinárias", ou seja, a proposta "não contempla as medidas excepcionais" que o contexto impõe.

4.9 Privatizações reduzem o peso do sector económico no OGE

Jornal de Angola

21 De Dezembro de 2020

O relatório do Observatório Político-Social de Angola (OPSA) e da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) consagrado ao Orçamento Geral do Estado de 2020, destaca a redução da dotação para o sector económico em 28,8 por cento, algo que atribui parcialmente ao Programa de Privatizações anunciado este ano pelo Governo.

O sector económico absorve 278,5 mil milhões de kwanzas, correspondentes a 11 por cento da despesa fiscal, o que o documento considera estar assente no Plano de Desenvolvimento Nacional que tem, entre as premissas, a diminuição da intervenção do Estado na economia, dando maior protagonismo ao sector privado.

O relatório discorre sobre a política de privatizações que, de acordo com a lei 10/10, de 14 de Maio, estabelece o Regime de Privatizações e Reprivatizações, sendo aplicada às alienações de empresas públicas, participações sociais detidas directamente pelo Estado ou outras entidades públicas e de outros activos e bens públicos quando considerados isoladamente.

O observatório faz ainda abordagem à aplicabilidade da referida lei à concessão de direitos de exploração dos meios de produção que antes eram vedados à iniciativa privada por razões de interesse público e outros bens que não estejam sujeitos a um regime jurídico específico ou abrangidos pela reserva absoluta do Estado, assim como o Programa de Privatizações (PRO-PRIV) a ser implementado com apoio do Banco Mundial, no qual se prevê a alienação de 195 empresas, 32 das quais de referência nacional.

O relatório dá ênfase ao investimento projectado para o sector primário em 2020, quando o Executivo disponibiliza 1,9 por cento do OGE para o sector da Agricultura. "Em termos nominais, a dotação do sector primário passa de 97 mil milhões de kwanzas, em 2019, para 216 mil milhões em 2020. Contudo, considerando a depressão da moeda, em termos reais, significa que o sector primário receberá, em 2020, apenas 62 mil milhões", lê-se no relatório.

O OGE 2019, contemplava para a Defesa, Segurança e Ordem Pública a fatia de 9,31 por cento do Orçamento. Nesta proposta, o sector passou a ter um peso total de 7,59 por cento. Apesar da diminuição em termos relativos, observa-se um crescimento

nominal de 21,2 por cento em relação a 2019, alerta o documento.

O sector social, defende o relatório, deverá absorver 40 por cento da despesa fiscal, o que representa um crescimento de 27,6 por cento em relação a 2019, mas, tendo em conta a dívida pública, este sector, que representava 19,24 por cento do OGE em 2019, passa a ter o peso de 15,99 por cento.

5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 PIIM está em todo o país.

Jornal de Angola
3 De Dezembro de 2020
Texto: Juciene Cristiano

Ao falar à imprensa, no final da reunião orientada pelo ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, Juciene Cristiano informou que 1.388 novos projectos ligados ao PIIM, a nível nacional, estão prontos para serem executados. Destes projectos, sublinhou, 1.299 já têm as quotas liquidadas e pagas.

Até ao momento em que aquela funcionária sénior do Ministério das Finanças falava, havia uma liquidação dos projectos na ordem dos 89 mil milhões de kwanzas. Juciene Cristiano fez um balanço positivo sobre a implementação do PIIM em Novembro.

Justificou a avaliação com o facto de se ter registado um aumento de 126 projectos em execução, comparativamente a Outubro. A directora nacional de Investimento Público informou que faltam entrar em execução, em todo o país, 300 projectos inscritos.

Regozijou-se com o andar do processo, pois as unidades orçamentais estão, cada vez mais, familiarizadas com a execução de despesa do PIIM. Juciene Cristiano disse haver um acompanhamento, insitu, dos projectos, não só pelos governos provinciais e respectivas delegações de Finanças, mas, também, por equipas centrais que se deslocam frequentemente às localidades, a fim de se verificar o estado de execução das obras.

Utilização do dinheiro

A directora nacional de Investimento Público descartou qualquer possibilidade de desvio ou mau uso do dinheiro canalizado para o PIIM. Aliás, "no geral, os valores estão a ser bem utilizados", garantiu Juciene Cristiano. Para a gestão do dinheiro, disse ter sido adoptada a estratégia semelhante à dos projectos com financiamento externo.

Com efeito, os valores não são pagos por quotas mensais e as facturas são acompanhadas de um auto de medição validada pelo fiscal que atesta o grau de execução física da obra. "Só assim é que as facturas são pagas", garantiu.

Segundo Juciene Cristiano, com essa metodologia, tem-se conseguido estancar muitos dos prováveis desvios que poderiam acontecer. "É claro que nem todos os processos são sempre completamente isentos, mas podemos considerar que essa estratégia tem ajudado bastante na utilização dos recursos da maneira mais eficiente e eficaz", afirmou.

A questão dos orçamentos

Sobre o orçamento de algumas obras do PIIM, considerado muito alto, sobretudo em comentários nas redes sociais, a directora nacional de Investimento Público disse tratar-se de um assunto interessante, mas que não deve ser analisado de forma leviana.

Juciene Cristiano esclareceu que o custo de execução de uma obra varia de uma localidade para a outra. A título de exemplo, disse que a execução de uma escola, na província de Luanda, não tem o mesmo valor no Moxico, por causa dos custos afectos, não só aos materiais de construção, mas, também, ao de transporte.

"Então, este é um trabalho que tem de ser analisado com muito cuidado", alertou. Seja como for, sublinhou que o Instituto Nacional de Obras Públicas tem feito um trabalho de avaliação dos termos de referência dos preços das obras a factas ao PIIM.

Em declarações, há dias, na Assembleia Nacional, para a recolha de contribuições para o OGE do próximo ano, o ministro de Estado da Coordenação Económica, referiu que a experiência do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios "está a ser boa".

Manuel Nunes Júnior disse que os municípios estão bastante interventivos, desde a identificação dos projectos de acordo com as necessidades e prioridades e orçamentação dos projectos, à realização de concursos públicos, a nível local.

5.2 Eleições autárquicas

Jornal de Angola
13 De Dezembro de 2020
Texto: Adelina Inácio

A implementação do poder autárquico também foi um assunto levantado no discurso do presidente do MPLA.

João Lourenço lembrou que a elaboração do Pacote Legislativo Autárquico e a entrega ao Parlamento, para a sua discussão e votação, foi iniciativa do Executivo, sendo, por isso, o primeiro interessado em

fazer tudo para que o poder autárquico seja criado e assuma as responsabilidades.

Destacou, também, o facto de o MPLA, através do grupo parlamentar, estar a contribuir para este desiderato, com a aprovação das leis que fazem parte do Pacote Legislativo Autárquico.

"Assistimos a um coro de lamentações e de manifestações pela não realização das mesmas no decorrer deste ano que agora termina, como se fosse suficiente reivindicar para que elas sejam realizadas, o que não é verdade e muito menos possível", disse.

Segundo João Lourenço, algumas formações políticas e da sociedade civil posicionam-se como sendo elas as únicas interessadas na realização das eleições autárquicas, quando, na realidade, "o interesse é nacional e a iniciativa da sua preparação, com a elaboração do Pacote Legislativo Autárquico e sua submissão ao Parlamento, foi do Executivo".

O líder do partido no poder está consciente de que o País deve instituir o poder autárquico, mas "não a qualquer preço, de forma ilegal e desordenada". João Lourenço considerou que se assim se fizesse e o MPLA vencesse a esmagadora maioria das câmaras, de "certeza que seriam, essas mesmas forças, que, de forma irresponsável, dizem poder organizar-se já essas eleições, que invocariam ter havido fraude, só porque não as ganharam".

O MPLA, segundo João Lourenço, congratula-se com os esforços que o Executivo vem desenvolvendo no sentido do aumento da oferta de bens e de serviços básicos à população, com vista a baixar o custo de vida. Por isso, encoraja as políticas de incentivo e promoção do empresariado privado nacional, por entender ser este o único caminho para a diversificação da produção, substituição das importações, aumento da arrecadação de divisas e da oferta de emprego para os angolanos, os jovens em particular.

A vice-presidente do MPLA, Luísa Damião, encorajou o Presidente João Lourenço a continuar com as reformas políticas, económicas, sociais e jurídicas, com realce para a diversificação da economia, boa governação, transparência, geração de empregos para os jovens e uma educação e saúde com mais qualidade. Luísa Damião espera que João Lourenço continue a primar por uma governação aberta, inclusiva e de proximidade e prossiga com o processo de rejuvenescimento do MPLA, para que o partido continue, cada vez mais, forte, dinâmico, democrático e moderno.

"Camarada presidente, prossiga com firmeza e determinação na intensificação do diálogo construtivo com a sociedade e na árdua tarefa de 'melhorar o que está bem, corrigir o que está mal'. Todos somos poucos e devemos estar engajados na ingente tarefa de moralização da sociedade, no combate à corrupção e à impunidade com lisura e verticalidade", encorajou. No acto alusivo ao dia do MPLA, foram lidas mensagens da secretária-geral da OMA, Luzia Inglês, e do primeiro secretário nacional da JMPLA, Crispiniano dos Santos

5.3 Um grande passo no processo autárquico

Jornal de Angola

29 De Dezembro de 2020

O Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) é estruturado e ambicioso, financiado pelo OGE, que pretende, entre outros aspectos, dar maior rigor e transparência à gestão da coisa pública nos municípios.

As prioridades do PIIM estão estabelecidas nos sectores da saúde, educação, vias de comunicação, infraestruturas administrativas e autárquicas, energia, águas, segurança social e ordem pública e saneamento básico.

O PIIM pretende aumentar a autonomia dos 164 municípios do país no âmbito da política de desconcentração e descentralização das competências administrativas e, deste modo, aumentar a qualidade de vida em todo o território nacional.

A província de Luanda recebeu 2,1 mil milhões Kz para materializar os 167 projectos inscritos no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), dos quais 29 estão em execução nos municípios de Luanda (2), Talatona (7), Kilamba Kiaxi (4), Icolo e Bengo (7), Cacuaco (5), Viana (2) e Belas (3).

Os projectos inscritos no Plano Integrando de Intervenção nos Municípios (PIIM) cumprem vários procedimentos burocráticos, como de contratação pública e formalidades junto do Tribunal de Contas. Obedecem ainda aos princípios de transparência, monitoria e capacitação técnica dos executores.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 A urgência de um metro em Luanda

Jornal de Angola

21 De Dezembro de 2020

Texto: Adebayo Vunge

Algum tempo depois de ter perdido o poder presidencial e as chances de se voltar a candidatar, não obstante as manobras que fez ao nível do seu partido, o político e ex-Presidente francês Nicolas Sarkozy – não agora que está a ser julgado – apareceu há alguns meses num evento “sommets du grand Paris”, onde falou sobre o legado em política e a necessidade da gestão das políticas públicas estar direccionada para a concretização das metas e sonhos, no lugar de estar perdida unicamente com a gestão das coisas do quotidiano.

Sarkozy, não obstante tudo o que se possa dizer a respeito da sua orientação política, diz uma coisa que me parece absolutamente fundamental nos dias de hoje: “cada um de nós deve ter uma visão e uma ambição. Se não há um plano para as infra-estruturas, significa que não há uma visão, não há ambição”. As cidades, principalmente, dependem de projectos ambiciosos.

Ele que falava isso num contexto de preocupação, a propósito do facto de Paris estar a ficar indiscutivelmente para trás em matéria de modernização do seu espaço urbano depois do trabalho magistral do então governador de Paris, o famoso barão Haussman. Nomeado por Napoleão III após este ter ficado maravilhado com o que era já Londres, os seus parques e a organização, George-Eugène Haussman empreendeu uma verdadeira revolução urbanística no espaço de duas décadas. Paris até ao início da década de 1850 parecia um caos, começou então a conhecer as grandes e espaçosas avenidas e quarteirões com parques inspirados no Hyde Park tendo como eixo o Arco do Triunfo.

Foram demolidos milhares de prédios, mas em seu lugar nasceram novas construções com regras muito específicas. Por exemplo, a regra dos edifícios terem apenas seis andares, sendo que o segundo e o quinto são os andares nobres, adquiridos pelas famílias mais abastadas. Esse andar tem varanda e fachada ornamentada. O piso térreo destinava-se ao comércio ou restauração e o primeiro andar para os empregados ou, no limite, estudantes.

É claro que essa reconstrução de Paris foi acompanhada com infra-estrutura de fundo. Os sistemas de esgotos foram refeitos, a rede de gás para a iluminação pública foi edificada e nasceram as grandes estações de comboio como a Gare du Nord e a Gare de L’Est, inspiradas claramente em Waterloo e London Bridge. Também surgiram nesse tempo as salas de espectáculos como a imponente Ópera de Paris.

Tendo como referência Dubai, Shanghai, Doha e outras metrópoles modernas, Sarkozy não se limita ao passado de Paris. Um passado que impediu o Major Dietrich Von Choltitz de obedecer à ordem de Hitler para arrasar Paris antes da ocupação dos aliados em 1944 e a capitulação do exército nazi. Paris era demasiado bonita para ser destruída, dizia ele e de tal modo é assim que se diz que o turista passa a maior parte do tempo com os olhos sobre o alto.

Mas essa apologia de Paris traz para mim ao de cima a necessidade de repensarmos a cidade de Luanda e outras do nosso país. Acabar com os bairros de lata mediante soluções de reordenamento urbano com envolvimento das próprias populações. E um dos eixos vitais da transformação de Luanda passa, sem dúvidas, por melhorias ao nível da sua mobilidade.

Perdemos a oportunidade de realizar essa viragem durante a reconstrução da linha de ferro do CFL. Mesmo que noutras condições financeiras do País, faz sentido a ambição do actual Ministro dos Transportes, Ricardo de Abreu, em levar adiante o projecto do Metro de Luanda, num formato de parceria público-privada. Faz ainda mais sentido, não apenas porque isso irá trazer indubitavelmente mudanças ao nível urbanístico, mas sobretudo pelos ganhos económicos, ecológicos e sanitários. As dificuldades de mobilidade em Luanda obrigam a que haja soluções de mobilidade inteligentes que permitam interligar, por exemplo, Viana e Luanda com maior celeridade.

Muitos de nós não temos noção do que se perde em termos de produtividade por causa dos constrangimentos de circulação. Faltam-nos estudos para aferir o impacto ecológico e sanitário do excesso de viaturas ou da fraca rede de estradas secundárias. Todos nós, que vivemos em Luanda, temos a noção de que há dias que não se consegue respirar devidamente por causa da poluição do ar. E quando nem tudo está perdido, vale a pena avançar. Vale a pena concretizar um sonho e uma ambição.

O desenvolvimento urbano, sobretudo em cidades anteriormente desenvolvidas como Luanda, é bastante complexo, mas tem de prover aos seus

cidadinos equipamentos e serviços que satisfaçam as suas necessidades.

Finalmente, e ao contrário do que sucede em Paris, espero sinceramente que consigamos impor em Luanda o modelo de Londres, ou seja, fazer do metro um espaço verdadeiramente democrático onde podem circular, sem constrangimentos, milionários e cidadãos comuns, altos executivos e operários. O tempo que as famílias, que os trabalhadores despendem para sair por exemplo do Kilamba para o centro de Luanda é inaceitável hoje em dia, dando lugar a mitos urbanos: de pessoas que viajaram de Luanda a Joanesburgo ao mesmo tempo que alguns de nós percorríamos na azáfama do nosso trânsito os parques quilómetros que separam Luanda ao Kilamba. Não tenho por isso qualquer dúvida: o metro é urgente e pode salvar Luanda.

Devolver qualidade de vida, se outras medidas, iniciativas, serviços e infra-estruturas forem combinadas. É obvio que temos outros problemas para resolver, na saúde, no saneamento, na educação formal e cívica das pessoas para que possam circular no metro sem o danificar ou roubar os cabos e linhas de transporte como sucede hoje com os postes eléctricos. Por conseguinte, a mobilidade é nevrálgica para o desenvolvimento, mas ao mesmo tempo irá acelerar a organização e modernização de Luanda.

6.2 No Catambor, moradorea mudam imagem do bairro.

Jornal de Angola
27 De Dezembro de 2020
Texto: Cesar Esteves

Antes de receberem os valores, as famílias beneficiaram de uma acção de formação em empreendedorismo e gestão, para melhor gerirem os negócios. A consumação desse gesto de solidariedade resultou de uma campanha de recolha de donativos e valores monetários realizada dentro daquela comunidade, de Outubro a dez deste mês.

"Depois de recebermos o grito de socorro das famílias, decidimos mobilizar os naturais e amigos do bairro, através das redes sociais e de uma campanha porta-a-porta, para que cada um apoiasse com o que tinha", contou ao Jornal de Angola o porta-voz da associação, Manuel Fiel.

Dessa acção, resultou a recolha de vários bens de primeira necessidade e de mais de 500 mil Kwanzas. As famílias contempladas agradeceram o gesto da Associação. A ANAK promete realizar mais acções

do género no próximo ano, para ajudar outras famílias que se encontram na mesma condição.

É a terceira vez que aquela associação, recentemente criada, realiza acto de solidariedade para apoiar famílias carentes da zona. A primeira ocasião ocorreu em Julho deste ano e permitiu angariar uma quantidade considerável de alimentos, que serviu para ajudar algumas famílias do bairro que se encontravam desprovidos de comida.

Manuel Fiel disse que, com a realização dessas campanhas de solidariedade, pretende-se promover a paz social dentro da comunidade e melhorar as condições de habitabilidade das famílias. Promover o espírito de inter-ajuda no bairro, fortalecer os laços de boa vizinhança, convivência e solidariedade entre os naturais, moradores, ex-moradores e amigos do Bairro Catambor fazem igualmente, parte dos objectivos dessas iniciativas.

Surgimento da iniciativa

A ideia para a criação da campanha de recolha de donativos para apoiar as famílias carentes foi criada por um grupo de moradores do bairro Catambor, denominado "Grupo solidário". Ao aperceberem-se, no início da pandemia da Covid-19, da existência de uma família, naquela comunidade, que enfrentava muitas dificuldades, mobilizaram outros moradores a fim de se encontrar uma solução para o problema.

"A informação tocou o coração de todos", contou Manuel Fiel, tendo adiantado que o método aprovado pelos moradores, para ajudar aquela família, foi a contribuição monetária sem um valor estipulado.

"Os moradores contribuíram em massa, tendo o valor total ultrapassado os 240 mil kwanzas", realçou. A notícia sobre ajuda dada àquela família levou outras tantas, como as mesmas necessidades, a baterem à porta da Associação.

A Associação dos Naturais e Amigos do Bairro Katambor (ANAK) é uma instituição privada sem fins lucrativos, políticos e religiosos, com sede no bairro Catambor, Distrito Urbano da Maianga, em Luanda. Foi fundada no dia 18 de Julho de 2020, por cidadãos naturais, residentes, ex-residentes e amigos da zona.

A instituição, cujo presidente é Paulino Lubambo, tem como finalidade congregar os naturais, residentes, ex-residentes e amigos do bairro em torno dos assuntos que interessem à comunidade. Um outro objectivo da ANAK passa por realizar e apoiar as actividades sociais, culturais, de solidariedade e entretenimento a nível do Catambor.

A ANAK tem trabalhado, igualmente, em acções para melhorar a imagem do bairro. A iluminação, por exemplo, já se conhece em muitas áreas, assim como, as ruas têm sido cimentadas. O Catambor é bairro vizinho do Margoso, Prenda, Maianga, Alvalade e Cassenda.

6.3 Cleber Corrêa: “Carência habitacional é colmatada com construção de moradias sociais”

Jornal de Angola

4 De Dezembro de 2020

Texto: Alberto Domingos

Não considera que o mercado imobiliário já está minimamente a ser atendido pela construção das novas centralidades?

A demanda por habitação é infinitamente maior do que o Estado entrega. Se pegarmos a Centralidade do Kilamba, por exemplo, são 20.000 apartamentos da primeira fase, mais 5.000 da segunda, totalizando 25.000 habitações.

Luanda tem mais de sete milhões de habitantes. Se colocarmos sete pessoas por família são sete milhões de famílias. Pergunto: o Kilamba atende minimamente às necessidades dos luandenses?

Claro que não. A meu ver, a construção das centralidades é um péssimo negócio financeiro ao Estado e conseqüentemente ao dinheiro público. O Estado não tem dinheiro. Para se fazer os investimentos e cumprir todas as suas responsabilidades, recebe dinheiro emprestado aos bancos ou vende títulos públicos. A remuneração desses títulos deve estar à volta de 16 por cento ao ano. Então, o Estado recebe dinheiro emprestado a 16 ou 18 por cento ao ano e faz as centralidades. A dívida tem que ser paga pelo Estado, ao longo dos anos, junto aos bancos e proprietários de títulos públicos. Aí, o Estado vende por renda resolúvel e deixa de receber de alguns compradores e substitui o banco financiando o comprador, mas sem cobrar os 16 ou 18 por cento ao ano. Então, quanto mais vende centralidades, mais prejuízo tem.

Qual deveria ser a melhor maneira de o Estado agir para fomentar a habitação?

Somos apologistas de que o Estado só deve fazer habitações sociais e mesmo construídas em áreas pequenas e depois o comprador amplia. Assim, dá para atender mais famílias. E mesmo também as infra-estruturas quem deve construir é a classe média privada. Agora no caso das centralidades, teria que

tirar a documentação legal dos imóveis e vender através de financiamento bancário, recuperando, assim, o valor investido e o lucro, o que permitiria fazer mais empreendimentos.

Está a dizer que o Estado vende imóveis sem documentos legais?

Boa parte dos imóveis não possui propriedade horizontal, ou seja, o documento autónomo de cada apartamento junto à Conservatória Predial que permite aos bancos registar as hipotecas. Como não havia documentação dos imóveis do Kilamba à época, não foi possível vender com financiamento bancário, o que foi um grande prejuízo ao Estado, pois este se substituiu na posição dos bancos, vendendo por renda resolúvel e o que é pior, deixou de receber de muitos apartamentos. Agora, já há a propriedade horizontal do Kilamba, mas outras centralidades penso que ainda não. Mesmo assim, o Estado vende por propriedade resolúvel, o que acaba com o capital de giro.

Enquanto membro de Direcção da APIMA, qual tem sido o contributo da Associação junto ao Estado para melhorar o mercado imobiliário em Angola?

A 19 de Março desse ano, tivemos a oportunidade de apresentar junto ao Ministério da Coordenação Económica, a convite do Grupo Técnico Empresarial (GTE), uma proposta para o fomento de imóveis sociais. Sugerimos ao Executivo que fossem criados atractivos para os vários intervenientes na produção de imóveis sociais. No caso da banca, para se interessarem pelo crédito imobiliário, propomos a aprovação de um diploma que resolva o incumprimento de forma rápida. Um dos problemas com a Lei da Hipoteca é que no caso de incumprimento, os tribunais demoram três a quatro anos para resolver os contratos. É muito tempo para um banco ter o dinheiro parado sem render. Com a aprovação da Lei de Alienação Fiduciária, surgiria um segundo diploma para dar financiamento e o cliente optaria ou por uma lei ou por outra. Como esse segundo diploma oferece menos risco aos bancos, provavelmente, o custo do dinheiro será menor. Outra proposta apresentada é a autorização ao BNA para que os bancos usem 2 por cento das reservas obrigatórias para uso somente a financiamento de imóveis sociais. Esse dinheiro hoje está parado no BNA e nada rende. Assim, qualquer valor positivo que os bancos auferirem de juros, já é bom negócio.

Quanto à isenção de cobrança aos bancos do Imposto Industrial nas operações de financiamento aos imóveis sociais?

A nossa proposta apresentada é a criação de uma Vara no tribunal, somente para resolver questões do sector imobiliário. Sobre as empresas privadas, dever-se-ia diminuir o imposto industrial de 25 para 10 por cento nas operações de produção de imóvel industrial. O Estado deve agilizar os processos de pedido de Direitos de Superfície para projectos sociais e aprovar projectos de imóveis sociais, com a fixação de prazo máximo, bem como a possibilidade de requerer-se a propriedade horizontal directamente na Conservatória do Registo Predial. Sugerimos igualmente a aprovação da Lei complementar à Lei 259/11, fixando a bonificação dos juros para compra de casas sociais, terrenos e empréstimos para reforma e identificando, o que é um imóvel social. Por outro lado, a identificação de terrenos para a construção de imóveis sociais e a eleição de um banco estatal para capitanear os primeiros financiamentos de imóveis sociais, sem prejuízo dos demais.

Por que razão a Associação chama imóvel social e não habitação social?

Entendemos que boa parte da população não possui renda para comprar uma casa, mas poderá vir a possuir renda para comprar um lote num loteamento com documento e infra-estruturado. Aos poucos, ele faz a sua casa. O lote é um excelente produto para o banco financiar, pois tem valor baixo e assim o banco pulveriza o risco. Uma pessoa que sai de uma área ocupada ilegalmente ou de um musseque e consegue comprar um lote financiado pelo banco, onde ele pouco a pouco vai fazer a sua casa, sente-se inserida na sociedade. Das oito propostas apresentadas pelos empresários, consta o "Programa Habitação 2020" que mereceu destaque do ministro da Coordenação Económica no final do encontro de 4 horas e meia.

A grande dificuldade é o poder aquisitivo por parte dos jovens...

Entendemos que a classe que precisa de ser atendida com fomento de imóvel social são os jovens, militares e ex-militares e a classe média e isso é possível, como vamos passar a explicar: Não existe mercado imobiliário sem crédito barato fornecido pelos bancos. Os bancos precisam de ter atractividade pela operação de crédito imobiliário. É um grande desafio, pois o crédito imobiliário é o empréstimo de maior prazo que um banco faz. Os bancos estão hoje em dia numa posição confortável de ganhar dinheiro sem correr riscos. Entretanto no pacto social de todos os bancos, um dos objectivos é fomentar o desenvolvimento. Assim, o Estado pode exigir uma pequena parcela de esforço dos bancos para atender a uma classe até então não atendida, esforço esse recompensado com o lucro da operação.

Qual será o impacto, na óptica da Associação, se essas acções forem implementadas?

A criação massiva de empregos, melhoria da qualidade de vida da população, geração de oportunidades de negócio para empresas nacionais, revitalização da indústria nacional de materiais de construção, incremento da economia e aumento substancial das receitas tributárias para o Estado e o surgimento de uma série de situações onde as seguradoras podem estar.

Quais os argumentos que a Associação usaria com o Executivo para que essas acções fossem adoptadas?

A população só cresce devido ao alto valor dos financiamentos, quase ninguém consegue aceder ao financiamento habitacional. Assim, não há compradores, com isso não há novas construções. Com o tempo, o custo das casas vai subir devido ao aumento da procura e à não produção de imóveis. Isso tem um peso social muito grande. Pela nossa proposta, substituímos o Estado na produção de imóveis pelos privados, aumentando assim o tecido empresarial. Assim, o Estado pára de pagar juros altos para produzir imóveis e vendê-los com perda de dinheiro. Os imóveis têm que estar totalmente regularizados, para serem hipotecados. Assim, o parque imobiliário cresce de forma organizada e as Finanças arrecada cada vez mais quantias.

Acredita que o aquecimento do mercado imobiliário vai trazer um círculo virtuoso na economia?

A população mais simples e os jovens sentir-se-ão inseridos na sociedade e haverá uma pequena diminuição da pressão por moradia que com o tempo diminuirá ainda mais. As cidades vão passar a crescer de forma mais ordenada, com a aprovação dos Planos de Desenvolvimento dos Municípios (PDMs). Esses mecanismos criam uma série de produtos financeiros: securitização das prestações dos financiamentos, criação de títulos financeiros como o CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliários, onde uma seguradora lança títulos ao mercado com uma determinada remuneração e levanta dinheiro para comprar ou construir empreendimentos. Os privados poderão financiar os próprios imóveis que vendem, tornando o financiamento um segundo negócio. Depois vende esses recebíveis aos bancos. No mundo inteiro, vemos os Governos a injectar dinheiro na economia para essa não morrer. Aqui temos dinheiro parado, que, se tivesse a ser usado para financiar projectos, estaria a criar riqueza.

Então podemos dizer que não é difícil resolver o problema habitacional em Angola?

É muito difícil, pois levará anos. Para já, estas acções são transversais a vários Ministérios e somente uma pessoa indicada pelo Presidente da República conseguiria "costurar" todas essas acções. Depois, temos a resistência dos bancos em entrar nessa operação, demora o seu tempo, pois precisam de ver que a nova Lei funciona. Por fim, o Estado encara a Alienação Fiduciária como uma Lei impopular, pois o mau pagador, se não renegociar ou pagar, perde o imóvel. Para o político isso é impopular, mas impopular mesmo é o estado actual onde 95 por cento dos pedidos de financiamento para compra de casas são negados. Existe uma bolha que está a crescer. O crescimento da economia e o atendimento aos menos privilegiados será uma mais-valia ao Estado. Agora, no mundo inteiro, as operações financeiras exigem pagamento e não incumprimento para que funcionem. Precisamos de assumir isso. Somente a "máquina" financeira sendo alimentada com prestações pontuais é que dará chance a novas famílias de pegar também o seu financiamento. Quando todos pagam pontualmente, o mesmo dinheiro é emprestado várias vezes e forma uma progressão geométrica.

6.4 Clientes do projecto Lírius acusam BPC-Imobiliária de aumentar preço das casas

Novo Jornal

4 De Dezembro de 2020

Texto: Maurício Vieira Dias

Um grupo de clientes do condomínio Lírius, ligado à BPC-Imobiliária, acusa a instituição afecta ao Banco de Poupança e Crédito (BPC) de querer alterar unilateralmente os valores dos contratos de aquisição dos 32 imóveis daquele projecto localizado no Benfica, denunciaram os lesados ao Novo Jornal.

Segundo as propostas de alteração do valor de aquisição de imóveis apresentadas aos clientes por escrito pela BPC-Imobiliária, a decisão é tomada devido às limitações de recursos financeiros disponíveis para a conclusão das obras do condomínio Lírius, face a uma constante depreciação do Kwanza, "bem como a constrangimentos na aquisição de divisas para a importação de materiais de construção", explicam os lesados.

Os prejudicados denunciam, igualmente, que outro argumento apresentado pela imobiliária detida pelo BPC é de haver casos de clientes "que não cumprem com os pagamentos acordados inicialmente", por isso, unilateralmente, a BPC-Imobiliária apresenta a revisão do preço convencionado.

Preços das casas sobem para mais de 25% do acordado

As fontes ouvidas pelo Novo Jornal, que pediram anonimato, confidenciaram, por exemplo, que, dentre as pretensões de alteração de valor de imóveis, consta que os apartamentos que estavam a ser comercializados, à partida, 69,5 milhões de kwanzas passam para mais de 89 milhões, um acréscimo contestado de mais de 19 milhões Kz, ou seja, mais de 28% acima do acordado.

A proposta, contestada energeticamente pelos promitentes-compradores das casas do condomínio Lírius, está associada à posição manifestada por escrito pelo conselho de administração da BPC-Imobiliária, segundo a qual caso os clientes não estiverem de acordo com a proposta de alteração do valor acertado inicialmente, propõe-se a rescisão amigável do vínculo contratual mediante o reembolso da quantia monetária paga até ao momento.

Sem consulta prévia, muitos clientes receberam da administração da BPC-Imobiliária, em Outubro último, novas modalidades de pagamentos das residências, constando, dentre elas, o pronto-pagamento, o pagamento mediante financiamento e a solicitação do respectivo empréstimo a um banco que não seja o BPC.

"Pelo que, aguarda-se pelo pronunciamento [do cliente] dentro do prazo de 15 dias, a contar da data da recepção da presente proposta, findo o qual considerar-se-á imediatamente extinto o referido vínculo contratual", atesta o documento subscrito pelo PCA da BPC-Imobiliário, Óscar Rodrigues, e pela administradora-executiva, Djamil dos Santos.

Desorganização no processo de venda

Os clientes das casas do projecto Lírius entendem que a BPC-Imobiliária parece uma entidade desorganizada, porque, justificam, não faz sentido uma imobiliária solicitar aos clientes todos os comprovativos originais de pagamento do imóvel até à data, quando, na verdade, este tipo de documento está sob alçada da instituição.

"Como é possível o PCA da BPC-Imobiliário exigir-me, por escrito, a apresentar no balcão do escritório da sociedade que dirige, imediatamente após notificação efectuada, documentos como identificação pessoal actualizada, número de identificação fiscal e os comprovativos originais de pagamento até ao momento, isso ilustra desorganização", classifica um dos lesados entrevistados pelo Novo Jornal.

Segundo outro lesado, a sociedade BPC-Imobiliária, até ao presente momento, nunca lhe remeteu nenhum "original" do comprovativo do pagamento do imóvel, porque, desde a candidatura até agora, sempre apresentou os originais dos bordereaux à imobiliária, não fazendo sentido, por isso, exigir-se tal documento. "Espanta-me e inquieta-me esta petição da parte da imobiliária, visto ser da vossa inteira responsabilidade à organização, registo e controlo de todo o processo referente ao projecto Lírius", lamentou.

Na verdade, esse é um processo sobre o qual a própria imobiliária deve reflectir bastante, tendo em conta que a morosidade para a entrega das casas aos clientes é da sua responsabilidade, mas não tem cumprido os prazos. Estamos a falar de um assunto que já leva mais de quatro anos", alerta um dos interlocutores.

Em 2016, a anterior direcção da BPC-Imobiliário iniciou o processo de comercialização do condomínio Lírius, com a perspectiva de serem financiados via BPC, estando sob a responsabilidade dos referidos clientes e colaboradores do banco perante a instituição, sendo que deviam obedecer aos critérios do regulamento geral de crédito e à sua política de concessão.

Trata-se de um condomínio financiado pelo BPC, com 13 residências luxuosas do tipo T3, e 19 habitações T4, para o qual, em 2009, foi formalizado o contrato de cessão de direito de superfície a favor da BPC-Imobiliária, passando a estar a habilitado para efectuar a comercialização das casas.

6.5 Compradores estão a causar prejuízo financeiro

Novo Jornal

4 De Dezembro de 2020

Quanto à decisão unilateral de alteração do processo de comercialização das casas, a imobiliária argumentou que o método de venda dos seus activos actuais são analisados e decididos em conjunto com os accionistas, entre eles o BPC, sob supervisão de entidades da esfera pública, como, por exemplo, o "Tribunal de Contas, pelo que o conselho de administração tem actuado e actuará sempre dentro dos preceitos da lei".

A empresa respondeu também ao Novo Jornal que, tendo em conta que se afigura a liberdade contratual das partes contraentes, é permitida a uma delas rescindir unilateralmente o respectivo contrato, conforme disposto no Código Civil. Assim sendo, "é

conferido à BPC-Imobiliária o direito de rescindir o vínculo contratual, porque os promitentes-compradores não têm honrado as suas obrigações e estão a causar prejuízos à empresa".

A imobiliária garante que continua aberta ao diálogo para negociar, incluindo os outros activos que estão sob sua gestão.

De acordo com a operadora, para todos os imóveis que futuramente sejam comercializados por si, o processo de vendas adoptado será em hasta pública e em leilões via canais digitais, desde a sua inscrição à concretização da compra, de forma a garantir um processo transparente e escrutinável por todos, e, assim, sem conflito de interesses, "o que infelizmente nos anos passados não foram práticas observadas", causando, por isso, prejuízos aos "accionistas, clientes, colaboradores e à sociedade, em geral".

MAURICIO VI EIRA DIAS

6.6 Imobiliária confirma reajuste de preços das casas do Lírius

Novo Jornal

4 De Dezembro de 2020

Texto: Maurício Vieira Dias

Sobre as acusações dos clientes descontentes, o Gabinete Jurídico da BPC-Imobiliária justificou ao Novo Jornal que, entre Janeiro de 2017 a Maio de 2019, a direcção cessante e o actual conselho de administração efectuaram várias tentativas, via cartas, junto dos clientes e colaboradores do BPC, a fim de lhes permitir a possibilidade de efectuarem pagamentos parcelares e de forma mais suavizada, tendo, com isso, apresentado dois cenários.

Dentre os quais, avança aquela instituição, constava o pagamento de entrada de 10% e os restantes 90% deviam recorrer a financiamento, sob responsabilidade de cada proponente; pagamento até ao limite de 50% do valor do imóvel sob promessa da sua entrega e o remanescente para liquidar no prazo de 60 meses.

Não tendo havido cumprimento das propostas por parte dos clientes e colaboradores, em resposta escrita às questões feitas pelo Novo Jornal, aquele gabinete diz, entretanto, que foi estabelecido um prazo de 180 dias (seis meses), a contar da data de recepção da comunicação, para proceder à devida regularização até ao limite de 50% do valor total da residência, anteriormente proposto para a devida entrega das casas. Igualmente, foram informados que a reincidência do não-cumprimento levaria a uma

rescisão unilateral e ao ressarcimento dos valores investidos, conforme estipulado por lei.

A BPC-Imobiliária admite que, neste momento, não existem condições de habitabilidade, como as fotografias mostram, por ausência de infra-estruturas urbanas (instalação de PT, rede de esgoto funcional e rede de alimentação de água potável e acabamentos).

"Do ponto de vista financeiro, claramente se vislumbrou um esforço da BPC-Imobiliária para a continuidade e finalização do projecto, do qual se constatou que os colaboradores do banco e alguns clientes que representam 84% continuam inadimplentes e a não cumprir com o que foi inicialmente aceite pelos cenários anteriormente propostos pela anterior direcção-geral e reforço pelo actual conselho de administração, estando numa percentagem individual de sinal entre 5% a 15% de pagamento inicial até ao momento. Entretanto, os outros 16% estão em devido cumprimento, cujo pagamento total foi feito por cliente, e os restantes quatro clientes estão na ordem dos 50% a 70%, que terão um tratamento casuístico", esclarece a BPC - Imobiliária.

Dada a conjuntura económica e financeira vivenciada ao longo destes anos, o conselho de administração da imobiliária aprovou uma proposta de reajuste dos preços para os imóveis do Lírius, "a fim de torná-lo viável e num curto-prazo de seis a nove meses proceder à entrega".

Com isso, foi elaborada uma comunicação datada de 22 de Outubro de 2020, com a proposta de alteração do valor de aquisição do imóvel para cada promitente-comprador, com a revisão do preço inicial, bem como a modalidade de pagamento via financiamento, sob responsabilidade dos trabalhadores do BPC e dos clientes. "Foi definido um período de negociações de 15 dias, a contar da data da recepção, findo o qual extinguir-se-ia a relação contratual, tendo em atenção as várias comunicações efectuadas sem sucesso", argumenta a imobiliária...

ejose.mauricio@novojornal.co.ao

6.7 Património que é um "capital morto"

Jornal Expansão
4 De Dezembro de 2020

O mercado imobiliário angolano padece de uma irregularidade grave que é extensível às demais nações

pobres, também chamadas de países do terceiro mundo.

Esta irregularidade, que é grave, e que provoca elevados prejuízos quer às famílias, quer às empresas e ao próprio Estado, traduz-se no facto do grosso do nosso património imobiliário não ser hipotecável, não ser penhorável, não ser tributável, não sendo também, e em muitos casos, reivindicável em juízo.

Por causa destas características perniciosas, Hernando de Sotto, um conhecido e renomado economista peruano, apelidou o património imobiliário dos países do terceiro mundo de "capital morto" ou "dead capital", como também se diz em inglês.

Em Angola, infelizmente, também existe um vasto, rico e diversificado número de imóveis, que faz parte daquilo a que Hernando de Sotto alcunhou de "capital morto".

No caso angolano, o leque de imóveis que é "capital morto" agravou-se, ainda que de forma involuntária, quando o Estado, em 1976, publicou a Lei 03/76, de 03 de Março, "Lei das Nacionalizações e dos Confiscos", por via da qual todos os que se haviam ausentado de Angola, por mais de 45 dias, viram os seus bens imóveis confiscados e, a partir daí, sujeitos à gestão do Estado, por intermédio do Instituto Nacional da Habitação.

Porém, apesar de ter confiscado os imóveis cujos proprietários se haviam ausentado por mais de 45 dias de Angola, o Estado não tratou de registar os bens que adquiriu com base na lei do confisco. O que era de esperar por parte de qualquer adquirente diligente, pois, não basta adquirir, é necessário registar junto da conservatória do registo predial, para que assim todos os demais membros da comunidade saibam efectivamente quem é o proprietário de determinado bem.

N a verdade, é por todos sabido que a salvaguarda efectiva dos bens imobiliários se processa por intermédio do registo dos bens junto da respectiva conservatória; o que no caso angolano, até hoje, 44 anos após a publicação da Lei dos confiscos, não aconteceu com todos os bens imóveis então confiscados.

Esta situação, de não registo dos bens confiscados, é mais uma que contribui, e de forma efectiva, para que os defeitos do património imobiliário dos ditos países do terceiro mundo seja extensível ao mercado imobiliário angolano.

Mais do que isso, o não registo dos bens confiscados àqueles que se ausentaram por mais de 45 dias de Angola foi e tem sido aproveitado por muitos cidadãos, que, tirando partido deste vazio, levam a tribunal pessoas que eram inquilinas do Estado e muitas foram despejadas dos imóveis de que o Estado dizia ser proprietário.

Ex-inquilinos do Estado com rendas pagas e muitos com processo de compra já adiantado, mesmo em posse do conhecido "termo de quitação", viram-se obrigados a entregar os imóveis por força de decisões judiciais, algumas de valor ético duvidável.

Em Luanda, e no seu tribunal provincial, fizeram furor vários casos de pessoas que haviam celebrado contratos de arrendamento com o Instituto Nacional da Habitação e que, mais tarde, depois de anos e anos a viver em certas residências, se viram forçadas a abandonar os seus imóveis pelo surgimento repentino de pessoas que, comprovadamente, se haviam ausentado por mais de 45 dias de Angola e que, por isso, deveriam estar abrangidas pelo efeito da Lei 03/76, Lei das Nacionalizações e dos Confiscos.

Na verdade, e repetindo, na Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda várias são as situações de pessoas que ainda hoje se debatem com acções judiciais movidas por pessoas que, em princípio, deveriam ter a sua propriedade assegurada porque foram inquilinas do Estado, pagaram rendas ao Estado, candidataram-se a compra de imóveis no âmbito da Lei 19/91, Lei para a Venda do Património Imobiliário do Estado, mas, ainda assim, 44 anos após a publicação da lei dos confiscos, ainda se sentem inseguras.

Tudo isso seria completamente evitável se o Estado tivesse não apenas confiscado, mas também registado os bens que foi gerindo, como se de proprietário sua se tratasse.

É, por isso, necessário e urgente que a sociedade se una em torno deste quesito que é transversal à economia angolana e que se exija ao Estado Angolano que proceda à venda dos bens que confiscou. Mas que, sobretudo, trate de os registar em seu nome para a efectiva salvaguarda dos direitos de propriedade dos seus cidadãos.

6.8 UNITA pede inquérito sobre demolições

Jornal de Angola

09 De Dezembro de 2020

Texto: Edna Dala

A UNITA solicitou, ontem, à Assembleia Nacional, a instauração de um inquérito para apurar responsabilidades no caso das demolições no bairro Merengue, nas imediações da Centralidade do Sequele, em Luanda

A solicitação foi feita, em conferência de imprensa, pelo deputado Raul Danda, que invocou a Resolução n.º 37/09, de 3 de Setembro, que orienta as comissões de trabalho permanentes da Assembleia Nacional a acompanharem a execução do referido diploma.

Na conferência de imprensa, que serviu para abordar a questão das demolições no bairro Merengue, a UNITA apelou à Ordem dos Advogados de Angola a prestar auxílio judicial às populações, tendo em conta a sua vulnerabilidade.

O político mostrou-se "indignado" pelo silêncio dos governantes, tendo exortado o Titular do Poder Executivo "a reparar, com urgência, os danos causados, de modo a garantir um assentamento condigno a essas famílias". A Administração Municipal de Cacuaco e a Empresa Gestora de Terrenos Infra-Estruturados esclareceram, oportunamente, que os casebres demolidos foram construídos em áreas de reserva fundiária do Estado.

Raul Danda recordou que no dia 16 de Novembro, uma delegação do seu partido efectuou uma visita de constatação ao município de Cacuaco, para melhor entender os problemas da população de Merengue, depois destes perderem as casas, fruto das demolições. Do processo, disse, foram constatadas a destruição de aproximadamente duas mil habitações de construção definitiva e cerca de mil habitações provisórias.

Segundo Raul Danda, a delegação constatou que o bairro Merengue estava estruturado com o estado de alinhamento e hierarquização de vias em quadrícula, com uma comissão de moradores e uma referência do registo do bairro nos documentos oficiais, o que indica um reconhecimento tácito, pelas autoridades, da existência de um espaço organizado, estruturado e habitado.

Neste sentido, afirmou, "houve por parte das autoridades governamentais violação grave dos direitos fundamentais dos cidadãos do bairro Merengue, com destaque para o direito a uma habitação condigna".

6.9 O pagamento das casas nas centralidades deve ser alargado

Jornal de Angola

25 De Dezembro de 2020

Texto: António Eugénio

Especialistas angolanos defenderam recentemente, em Luanda, o alargamento do tempo para pagar os apartamentos nas Centralidades em todo o país, devido à crise financeira que assola às famílias.

A perda de empregos e a redução do poder de compra dos proponentes são outros factores que estão a provocar o incumprimento das cláusulas contratuais para a liquidação das residências à venda no sistema de renda resolúvel.

Durante um debate na TV Zimbo sobre "o impacto da Covid-19 no sector imobiliário", os especialistas apontaram que a política do Governo angolano na construção de centralidades em todo o país foi acertada. Porém, os métodos usados para o acesso às mesmas penalizam os ocupantes.

O economista Dorivaldo Adão cita o exemplo de se estabelecer tectos monetários acima de 200 mil kwanzas como média para o acesso aos apartamentos, na medida em que se penalizou muita gente ávida em ter casa própria. O economista Dorivaldo Adão defende que nos próximos projectos habitacionais que eventualmente o Governo pretende erguer, deve-se estabelecer critérios e métodos inclusivos para o acesso às mesmas.

Dorivaldo Adão reprovou o método de sorteio usado para ter acesso a uma casa nas centralidades, "pecou por ser um método que não encoraja o proponente a concorrer por considerar-se incapaz de atingir o objectivo pretendido". "Devido à actual conjuntura económica, muitas famílias perderam os seus empregos, e hoje, não têm capacidade de arcar com as suas despesas.

O economista apelou também aos beneficiários de casas nas centralidades para cumprir com o pagamento dos impostos prediais para que o Governo possa dar sequência a outros projectos habitacionais. Por outro lado, reprova a existência de muitas casas sem habitantes em muitas centralidades por falta de serviços básicos.

"Há casas fechadas por falta de sistemas de água e energia", lamentou. Já para o economista Daniel Sapateiro, os condomínios devem criar um fundo para a manutenção dos edifícios, a fim de proporcionar mais durabilidade aos mesmos.

Para o economista, as pessoas que se habilitam a ter uma residência nas centralidades devem ter em conta os hábitos e costumes que garantam uma coabitação em comunidade. "Há gente que vive nos edifícios que não respeita a vida privada do vizinho. É necessário que cada um saiba como lidar com o outro no elevador, e outras estruturas ligadas ao edifício".

O jurista Orlando Borges, ligado à AADIC- Associação Angolana dos Direitos do Consumidor, afirmou que a sua agremiação vai continuar a defender o consumidor. Contudo, reprova muitas medidas lesivas a alguns proprietários de apartamentos.

7. TERRA

7.1 PIIM está em todo o país.

Jornal de Angola
3 De Dezembro de 2020
Texto: Juciene Cristiano

Ao falar à imprensa, no final da reunião orientada pelo ministro de Estado da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, Juciene Cristiano informou que 1.388 novos projectos ligados ao PIIM, a nível nacional, estão prontos para serem executados. Destes projectos, sublinhou, 1.299 já têm as quotas liquidadas e pagas.

Até ao momento em que aquela funcionária sénior do Ministério das Finanças falava, havia uma liquidação dos projectos na ordem dos 89 mil milhões de kwanzas. Juciene Cristiano fez um balanço positivo sobre a implementação do PIIM em Novembro.

Justificou a avaliação com o facto de se ter registado um aumento de 126 projectos em execução, comparativamente a Outubro. A directora nacional de Investimento Público informou que faltam entrar em execução, em todo o país, 300 projectos inscritos.

Regozijou-se com o andar do processo, pois as unidades orçamentais estão, cada vez mais, familiarizadas com a execução de despesa do PIIM. Juciene Cristiano disse haver um acompanhamento, in situ, dos projectos, não só pelos governos provinciais e respectivas delegações de Finanças, mas, também, por equipas centrais que se deslocam frequentemente às localidades, a fim de se verificar o estado de execução das obras. Utilização do dinheiro.

A directora nacional de Investimento Público descartou qualquer possibilidade de desvio ou mau uso do dinheiro canalizado para o PIIM. Aliás, "no geral, os valores estão a ser bem utilizados", garantiu Juciene Cristiano. Para a gestão do dinheiro, disse ter sido adoptada a estratégia semelhante à dos projectos com financiamento externo.

Com efeito, os valores não são pagos por quotas mensais e as facturas são acompanhadas de um auto de medição validada pelo fiscal que atesta o grau de execução física da obra. "Só assim é que as facturas são pagas", garantiu.

Segundo Juciene Cristiano, com essa metodologia, tem-se conseguido estancar muitos dos prováveis desvios que poderiam acontecer. "É claro que nem

todos os processos são sempre completamente isentos, mas podemos considerar que essa estratégia tem ajudado bastante na utilização dos recursos da maneira mais eficiente e eficaz", afirmou. A questão dos orçamentos.

Sobre o orçamento de algumas obras do PIIM, considerado muito alto, sobretudo em comentários nas redes sociais, a directora nacional de Investimento Público disse tratar-se de um assunto interessante, mas que não deve ser analisado de forma leviana.

Juciene Cristiano esclareceu que o custo de execução de uma obra varia de uma localidade para a outra. A título de exemplo, disse que a execução de uma escola, na província de Luanda, não tem o mesmo valor no Moxico, por causa dos custos afectos, não só aos materiais de construção, mas, também, ao de transporte.

"Então, este é um trabalho que tem de ser analisado com muito cuidado", alertou. Seja como for, sublinhou que o Instituto Nacional de Obras Públicas tem feito um trabalho de avaliação dos termos de referência dos preços das obras afectas ao PIIM. Em declarações, há dias, na Assembleia Nacional, para a recolha de contribuições para o OGE do próximo ano, o ministro de Estado da Coordenação Económica, referiu que a experiência do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios "está a ser boa".

Manuel Nunes Júnior disse que os municípios estão bastante interventivos, desde a identificação dos projectos de acordo com as necessidades e prioridades e orçamentação dos projectos, à realização de concursos públicos, a nível local.

7.2 Cleber Corrêa: "Carência habitacional é colmatada com construção de moradias sociais"

Jornal de Angola
4 De Dezembro de 2020
Texto: Alberto Domingos

Não considera que o mercado imobiliário já está minimamente a ser atendido pela construção das novas centralidades?

A demanda por habitação é infinitamente maior do que o Estado entrega. Se pegarmos a Centralidade do Kilamba, por exemplo, são 20.000 apartamentos da primeira fase, mais 5.000 da segunda, totalizando 25.000 habitações.

Luanda tem mais de sete milhões de habitantes. Se colocarmos sete pessoas por família são sete milhões

de famílias. Pergunto: o Kilamba atende minimamente às necessidades dos luandenses?

Claro que não. A meu ver, a construção das centralidades é um péssimo negócio financeiro ao Estado e consequentemente ao dinheiro público. O Estado não tem dinheiro. Para se fazer os investimentos e cumprir todas as suas responsabilidades, recebe dinheiro emprestado aos bancos ou vende títulos públicos. A remuneração desses títulos deve estar à volta de 16 por cento ao ano. Então, o Estado recebe dinheiro emprestado a 16 ou 18 por cento ao ano e faz as centralidades. A dívida tem que ser paga pelo Estado, ao longo dos anos, junto aos bancos e proprietários de títulos públicos. Aí, o Estado vende por renda resolúvel e deixa de receber de alguns compradores e substitui o banco financiando o comprador, mas sem cobrar os 16 ou 18 por cento ao ano. Então, quanto mais vende centralidades, mais prejuízo tem.

Qual deveria ser a melhor maneira de o Estado agir para fomentar a habitação?

Somos apologistas de que o Estado só deve fazer habitações sociais e mesmo construídas em áreas pequenas e depois o comprador amplia. Assim, dá para atender mais famílias. E mesmo também as infra-estruturas quem deve construir é a classe média privada. Agora no caso das centralidades, teria que tirar a documentação legal dos imóveis e vender através de financiamento bancário, recuperando, assim, o valor investido e o lucro, o que permitiria fazer mais empreendimentos.

Está a dizer que o Estado vende imóveis sem documentos legais?

Boa parte dos imóveis não possui propriedade horizontal, ou seja, o documento autónomo de cada apartamento junto à Conservatória Predial que permite aos bancos registar as hipotecas. Como não havia documentação dos imóveis do Kilamba à época, não foi possível vender com financiamento bancário, o que foi um grande prejuízo ao Estado, pois este se substituiu na posição dos bancos, vendendo por renda resolúvel e o que é pior, deixou de receber de muitos apartamentos. Agora, já há a propriedade horizontal do Kilamba, mas outras centralidades penso que ainda não. Mesmo assim, o Estado vende por propriedade resolúvel, o que acaba com o capital de giro.

Enquanto membro de Direcção da APIMA, qual tem sido o contributo da Associação junto ao Estado para melhorar o mercado imobiliário em Angola?

A 19 de Março desse ano, tivemos a oportunidade de apresentar junto ao Ministério da Coordenação Económica, a convite do Grupo Técnico Empresarial (GTE), uma proposta para o fomento de imóveis sociais. Sugerimos ao Executivo que fossem criados atractivos para os vários intervenientes na produção de imóveis sociais. No caso da banca, para se interessarem pelo crédito imobiliário, propomos a aprovação de um diploma que resolva o incumprimento de forma rápida. Um dos problemas com a Lei da Hipoteca é que no caso de incumprimento, os tribunais demoram três a quatro anos para resolver os contratos. É muito tempo para um banco ter o dinheiro parado sem render. Com a aprovação da Lei de Alienação Fiduciária, surgiria um segundo diploma para dar financiamento e o cliente optaria ou por uma lei ou por outra. Como esse segundo diploma oferece menos risco aos bancos, provavelmente, o custo do dinheiro será menor. Outra proposta apresentada é a autorização ao BNA para que os bancos usem 2 por cento das reservas obrigatórias para uso somente a financiamento de imóveis sociais. Esse dinheiro hoje está parado no BNA e nada rende. Assim, qualquer valor positivo que os bancos auferirem de juros, já é bom negócio.

Quanto à isenção de cobrança aos bancos do Imposto Industrial nas operações de financiamento aos imóveis sociais?

A nossa proposta apresentada é a criação de uma Vara no tribunal, somente para resolver questões do sector imobiliário. Sobre as empresas privadas, dever-se-ia diminuir o imposto industrial de 25 para 10 por cento nas operações de produção de imóvel industrial. O Estado deve agilizar os processos de pedido de Direitos de Superfície para projectos sociais e aprovar projectos de imóveis sociais, com a fixação de prazo máximo, bem como a possibilidade de requerer-se a propriedade horizontal directamente na Conservatória do Registo Predial. Sugerimos igualmente a aprovação da Lei complementar à Lei 259/11, fixando a bonificação dos juros para compra de casas sociais, terrenos e empréstimos para reforma e identificando, o que é um imóvel social. Por outro lado, a identificação de terrenos para a construção de imóveis sociais e a eleição de um banco estatal para capitanear os primeiros financiamentos de imóveis sociais, sem prejuízo dos demais.

Por que razão a Associação chama imóvel social e não habitação social?

Entendemos que boa parte da população não possui renda para comprar uma casa, mas poderá vir a possuir renda para comprar um lote num loteamento com documento e infra-estruturado. Aos poucos, ele

faz a sua casa. O lote é um excelente produto para o banco financiar, pois tem valor baixo e assim o banco pulveriza o risco. Uma pessoa que sai de uma área ocupada ilegalmente ou de um musseque e consegue comprar um lote financiado pelo banco, onde ele pouco a pouco vai fazer a sua casa, sente-se inserida na sociedade. Das oito propostas apresentadas pelos empresários, consta o "Programa Habitação 2020" que mereceu destaque do ministro da Coordenação Económica no final do encontro de 4 horas e meia.

A grande dificuldade é o poder aquisitivo por parte dos jovens...

Entendemos que a classe que precisa de ser atendida com fomento de imóvel social são os jovens, militares e ex-militares e a classe média e isso é possível, como vamos passar a explicar: Não existe mercado imobiliário sem crédito barato fornecido pelos bancos. Os bancos precisam de ter atractividade pela operação de crédito imobiliário. É um grande desafio, pois o crédito imobiliário é o empréstimo de maior prazo que um banco faz. Os bancos estão hoje em dia numa posição confortável de ganhar dinheiro sem correr riscos. Entretanto no pacto social de todos os bancos, um dos objectivos é fomentar o desenvolvimento. Assim, o Estado pode exigir uma pequena parcela de esforço dos bancos para atender a uma classe até então não atendida, esforço esse recompensado com o lucro da operação.

Qual será o impacto, na óptica da Associação, se essas acções forem implementadas?

A criação massiva de empregos, melhoria da qualidade de vida da população, geração de oportunidades de negócio para empresas nacionais, revitalização da indústria nacional de materiais de construção, incremento da economia e aumento substancial das receitas tributárias para o Estado e o surgimento de uma série de situações onde as seguradoras podem estar.

Quais os argumentos que a Associação usaria com o Executivo para que essas acções fossem adoptadas?

A população só cresce devido ao alto valor dos financiamentos, quase ninguém consegue aceder ao financiamento habitacional. Assim, não há compradores, com isso não há novas construções. Com o tempo, o custo das casas vai subir devido ao aumento da procura e à não produção de imóveis. Isso tem um peso social muito grande. Pela nossa proposta, substituímos o Estado na produção de imóveis pelos privados, aumentando assim o tecido empresarial. Assim, o Estado pára de pagar juros altos para produzir imóveis e vendê-los com perda de dinheiro. Os imóveis têm que estar totalmente

regularizados, para serem hipotecados. Assim, o parque imobiliário cresce de forma organizada e as Finanças arrecada cada vez mais quantias.

Acredita que o aquecimento do mercado imobiliário vai trazer um círculo virtuoso na economia?

A população mais simples e os jovens sentir-se-ão inseridos na sociedade e haverá uma pequena diminuição da pressão por moradia que com o tempo diminuirá ainda mais. As cidades vão passar a crescer de forma mais ordenada, com a aprovação dos Planos de Desenvolvimento dos Municípios (PDMs). Esses mecanismos criam uma série de produtos financeiros: securitização das prestações dos financiamentos, criação de títulos financeiros como o CRI – Certificado de Recebíveis Imobiliários, onde uma seguradora lança títulos ao mercado com uma determinada remuneração e levanta dinheiro para comprar ou construir empreendimentos. Os privados poderão financiar os próprios imóveis que vendem, tornando o financiamento um segundo negócio. Depois vende esses recebíveis aos bancos. No mundo inteiro, vemos os Governos a injectar dinheiro na economia para essa não morrer. Aqui temos dinheiro parado, que, se tivesse a ser usado para financiar projectos, estaria a criar riqueza.

Então podemos dizer que não é difícil resolver o problema habitacional em Angola?

É muito difícil, pois levará anos. Para já, estas acções são transversais a vários Ministérios e somente uma pessoa indicada pelo Presidente da República conseguiria "costurar" todas essas acções. Depois, temos a resistência dos bancos em entrar nessa operação, demora o seu tempo, pois precisam de ver que a nova Lei funciona. Por fim, o Estado encara a Alienação Fiduciária como uma Lei impopular, pois o mau pagador, se não renegociar ou pagar, perde o imóvel. Para o político isso é impopular, mas impopular mesmo é o estado actual onde 95 por cento dos pedidos de financiamento para compra de casas são negados. Existe uma bolha que está a crescer. O crescimento da economia e o atendimento aos menos privilegiados será uma mais-valia ao Estado. Agora, no mundo inteiro, as operações financeiras exigem pagamento e não incumprimento para que funcionem. Precisamos de assumir isso. Somente a "máquina" financeira sendo alimentada com prestações pontuais é que dará chance a novas famílias de pegar também o seu financiamento. Quando todos pagam pontualmente, o mesmo dinheiro é emprestado várias vezes e forma uma progressão geométrica.

7.3 EGTI comercializa 110 lotes de terrenos infra-estruturados

Jornal Expansão
4 De Dezembro de 2020

A Empresa Gestora de Terrenos Infraestruturados (EGTI) tem disponíveis nos lotes de terrenos para comercialização nas centralidades da província de Benguela. Os lotes que serão vendidos estão distribuídos pela centralidade do Luongo (Catumbela) com 70 lotes, Baía Farta com 20 e igual número na centralidade do Lobito.

O administrador para a área técnica da EGTI, Kilson Gouveia, disse ao *Expansão* que a campanha para a aquisição dos terrenos arranca no dia 7 do mês em curso, sendo que os interessados poderão apresentar as suas candidaturas através do sítio www.egti.gov.ao

O responsável explicou que o preço do lote de terra varia de acordo com a localização e o espaço. O administrador técnico acrescentou que a modalidade de pagamento compreende a entrada inicial de 20% do valor total no acto da assinatura do contrato, sendo que o remanescente poderá ser parcelado de acordo com o valor do negócio.

"Estão habilitados à aquisição dos lotes de terrenos infra-estruturados os cidadãos maiores de 18, entre nacionais e estrangeiros residentes, bem como as empresas, sendo que cada candidato poderá adquirir apenas um lote por centralidade".

O dirigente da EGTI disse que estes lotes visam tornar acessíveis os diferentes serviços sociais nas referidas centralidades. Kilson Gouveia destacou ainda que a instituição não procura apenas comercializar os lotes, mas, mais do que isso, é velar pela evolução das cidades, através dos diferentes serviços que serão colocados à disposição dos moradores, como por exemplo, ensino, saúde e estabelecimentos comerciais, a fim de garantir melhor comodidade.

"A venda dos terrenos pressupõe várias etapas, e nestas os empresários da província terão aqui uma grande oportunidade de investir, para gerar renda, emprego, aumentar o consumo e, com isso, gerar um ciclo económico que garanta condição social sustentável, onde as pessoas podem viver e usufruir dos espaços em que residem".

Em relação aos moradores proprietários de pequenas "tascas comerciais", como roulotes, entre outros, o gestor respondeu que a empresa incentiva o empreendedorismo.

V.P.

7.4 Ministro formaliza processo para a venda de terrenos

Jornal de Angola
4 De Dezembro de 2020
Texto. Sampaio Júnior

Ao intervir na cerimónia formal de abertura do processo, Manuel Tavares de Almeida esclareceu que o loteamento e venda de terrenos infra-estruturados visa garantir os pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento das centralidades, onde se prevê que venham habitar 36 mil pessoas. Além das áreas residenciais, disse, espera-se que surjam edifícios comerciais e pequenas indústrias, opções de lazer e entretenimento, ofertas culturais, hábitos particulares de vida e com azáfama própria das cidades.

Segundo Manuel Tavares de Almeida, trata-se de acções que constam no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018/22 para a promoção do desenvolvimento sócio-económico e territorial. Para o sector das Obras Públicas, sublinhou, a acção passa pelo desenvolvimento da rede urbana qualificada e sustentável. O ministro disse ser necessário fortalecer as funções urbanas das capitais de província, em especial as que possuem maior debilidade nas envolventes estruturais das sedes dos municípios.

Reconheceu que os desafios do desenvolvimento urbano exigem recursos não compatíveis com a capacidade das finanças públicas no actual contexto no país. Por isso, disse ser imperioso conceber modelos inovadores do financiamento para o progresso urbano das centralidades, eventualmente através da criação de mecanismos financeiros simples.

Ao longo dos anos, o Executivo foi construindo centralidades nas mais diversas províncias do país. Tais centralidades contemplam terrenos infra-estruturados, nos quais começam uma nova fase em que é dada oportunidade aos empresários para que possam adquiri-los e construir vários serviços sociais. "A venda destes lotes vai garantir algum retorno pelo investimento feito na base da arrecadação de receitas para os cofres públicos", sublinhou Manuel Tavares de Almeida.

7.5 Património que é um "capital morto"

Jornal Expansão

4 De Dezembro de 2020

O mercado imobiliário angolano padece de uma irregularidade grave que é extensível às demais nações pobres, também chamadas de países do terceiro mundo.

Esta irregularidade, que é grave, e que provoca elevados prejuízos quer às famílias, quer às empresas e ao próprio Estado, traduz-se no facto do grosso do nosso património imobiliário não ser hipotecável, não ser penhorável, não ser tributável, não sendo também, e em muitos casos, reivindicável em juízo.

Por causa destas características perniciosas, Hernando de Sotto, um conhecido e renomado economista peruano, apelidou o património imobiliário dos países do terceiro mundo de "capital morto" ou "dead capital", como também se diz em inglês.

Em Angola, infelizmente, também existe um vasto, rico e diversificado número de imóveis, que faz parte daquilo a que Hernando de Sotto alcunhou de "capital morto".

No caso angolano, o leque de imóveis que é "capital morto" agravou-se, ainda que de forma involuntária, quando o Estado, em 1976, publicou a Lei 03/76, de 03 de Março, "Lei das Nacionalizações e dos Confiscos", por via da qual todos os que se haviam ausentado de Angola, por mais de 45 dias, viram os seus bens imóveis confiscados e, a partir daí, sujeitos à gestão do Estado, por intermédio do Instituto Nacional da Habitação.

Porém, apesar de ter confiscado os imóveis cujos proprietários se haviam ausentado por mais de 45 dias de Angola, o Estado não tratou de registar os bens que adquiriu com base na lei do confisco. O que era de esperar por parte de qualquer adquirente diligente, pois, não basta adquirir, é necessário registar junto da conservatória do registo predial, para que assim todos os demais membros da comunidade saibam efectivamente quem é o proprietário de determinado bem.

Na verdade, é por todos sabido que a salvaguarda efectiva dos bens imobiliários se processa por intermédio do registo dos bens junto da respectiva conservatória; o que no caso angolano, até hoje, 44 anos após a publicação da Lei dos confiscos, não aconteceu com todos os bens imóveis então confiscados.

Esta situação, de não registo dos bens confiscados, é mais uma que contribui, e de forma efectiva, para que os defeitos do património imobiliário dos ditos países do terceiro mundo seja extensível ao mercado imobiliário angolano.

Mais do que isso, o não registo dos bens confiscados àqueles que se ausentaram por mais de 45 dias de Angola foi e tem sido aproveitado por muitos cidadãos, que, tirando partido deste vazio, levam a tribunal pessoas que eram inquilinas do Estado e muitas foram despejadas dos imóveis de que o Estado dizia ser proprietário.

Ex-inquilinos do Estado com rendas pagas e muitos com processo de compra já adiantado, mesmo em posse do conhecido "termo de quitação", viram-se obrigados a entregar os imóveis por força de decisões judiciais, algumas de valor ético duvidável.

Em Luanda, e no seu tribunal provincial, fizeram furor vários casos de pessoas que haviam celebrado contratos de arrendamento com o Instituto Nacional da Habitação e que, mais tarde, depois de anos e anos a viver em certas residências, se viram forçadas a abandonar os seus imóveis pelo surgimento repentino de pessoas que, comprovadamente, se haviam ausentado por mais de 45 dias de Angola e que, por isso, deveriam estar abrangidas pelo efeito da Lei 03/76, Lei das Nacionalizações e dos Confiscos.

Na verdade, e repetindo, na Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda várias são as situações de pessoas que ainda hoje se debatem com acções judiciais movidas por pessoas que, em princípio, deveriam ter a sua propriedade assegurada porque foram inquilinas do Estado, pagaram rendas ao Estado, candidataram-se a compra de imóveis no âmbito da Lei 19/91, Lei para a Venda do Património Imobiliário do Estado, mas, ainda assim, 44 anos após a publicação da lei dos confiscos, ainda se sentem inseguras.

Tudo isso seria completamente evitável se o Estado tivesse não apenas confiscado, mas também registado os bens que foi gerindo, como se de proprietário sua se tratasse.

É, por isso, necessário e urgente que a sociedade se una em torno deste quesito que é transversal à economia angolana e que se exija ao Estado Angolano que proceda à venda dos bens que confiscou. Mas que, sobretudo, trate de os registar em seu nome para a efectiva salvaguarda dos direitos de propriedade dos seus cidadãos.

7.6 Provedoria e GPL analisam morosidade dos serviços

Jornal de Angola

09 De Dezembro de 2020

Texto: Paulo Milazzo

A Provedoria de Justiça e o Governo Provincial de Luanda analisaram, na segunda-feira, as estratégias para a resolução das principais queixas dos cidadãos, consubstanciadas, sobretudo, na morosidade dos serviços administrativos.

O provedor de Justiça, Carlos Ferreira Pinto, e a governadora Joana Lina avaliaram, no essencial, a questão da concessão do direito de superfície.

Sobre a mesa estiveram questões relacionadas com as queixas levadas pelos cidadãos à Provedoria de Justiça, como a falta de iluminação pública e demolições de habitações.

Na reunião, que decorreu via Zoom, a governadora de Luanda reconheceu os inúmeros problemas e disse estar a trabalhar para dar o melhor tratamento às referidas questões. Joana Lina reforçou ainda a necessidade da conjugação de esforços entre as administrações municipais e o Governo provincial, para a resolução dos problemas

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 O lixo como solução e não como problema

Jornal de Angola
9 De Dezembro de 2020

Luanda, com uma população estimada em oito milhões de habitantes, gasta mensalmente cerca de oito mil milhões de kwanzas para a recolha diária de mais de 200 mil toneladas de lixo.

Com apenas o aterro sanitário dos Mulenvos em funcionamento, a questão da recolha e deposição dos resíduos sólidos tem sido problemática. A agravar a situação estão os atrasos sistemáticos nos pagamentos às operadoras de recolha de lixo, que não raras vezes recorrem à greve para reivindicar ao Governo Provincial de Luanda o pagamento dos serviços prestados.

Especialistas em gestão ambiental são de opinião que o lixo, que é hoje um grande problema para Luanda, em particular, e o país, em geral, devia, na verdade, ser a solução desses problemas. Em outras geografias, o lixo é riqueza disputada por empresas de topo. Os maiores milionários das grandes cidades da América Latina, por exemplo, têm na gestão sustentável do lixo a sua fonte permanente de riqueza. E o que é que se passa em Angola para que o lixo não seja também uma fonte de renda e emprego sustentáveis?

O primeiro grande problema está na não especialização das operadoras de recolha de resíduos sólidos, com o lixo a ser transportado para o aterro sanitário sem a prévia separação. Noutras geografias é, rigorosamente, proibido colocar o lixo num só contentor, como acontece em Angola. Os cidadãos começam a separar o lixo a partir de casa. O lixo orgânico, o papel, o metal, o vidro e os plásticos são depositados em contentores próprios, o que facilita o processo de reciclagem.

Se as operadoras fossem obrigadas a instalar contentores para a separação dos resíduos sólidos, seguramente que as pessoas que recorrem aos contentores para a recolha de garrafas de lata e de plástico, assim como materiais ferrosos, para vender, realizariam o seu trabalho com menos riscos à saúde, que hoje, com a pandemia da Covid-19, são enormes.

Por outro lado, neste processo de compra e venda de resíduos sólidos, num mercado ainda não regulamentado, quem dita os preços, como é evidente, são os compradores. Aqui chegados, é fácil concluir que o lixo, além do lado ambiental, tem o

lado social. Centenas de famílias dependem deste negócio, que devia merecer uma atenção especial das autoridades.

É preciso adoptar a recolha selectiva para que o lixo não seja um problema, mas a solução de uma parte importante dos nossos problemas sociais e ambientais.

8.2 Água potável chega a comuna do Cumbila

Jornal de Angola
10 De Dezembro de 2020

Mais de 150 mil habitantes da comuna de Cumbila, município do Bailundo, província do Huambo, passam a consumir água potável, com a conclusão das obras do novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água, dotado com sistema de painéis solares.

O projecto, avaliado em dois milhões de Kwanzas, além de contemplar a construção de um novo sistema de abastecimento de água potável, vai, de igual modo, ajudar a expansão para melhorar a actual rede de distribuição na circunscrição.

O administrador comunal da Cumbila, Samuel Sacundimba, disse que o empreendimento está a ser instalado, tendo em conta as perspectivas de crescimento populacional da região. O projecto tem como finalidade melhorar as condições sociais das populações na periferia.

Samuel Sacundimba realçou que o programa de reforço de abastecimento de água aos bairros periféricos da vila será extensivo as demais localidades.

"A concretização deste projecto contribui para que as populações deixem de consumir água proveniente dos rios, evitando, assim, o surgimento de doenças causadas pelo consumo de água imprópria", enfatizou.

A criação de outros serviços essenciais básicos às populações do meio rural, como o fornecimento de energia eléctrica, o fomento da actividade comercial, a expansão da rede sanitária, estão entre as prioridades da administração local.

No quadro do mesmo projecto, serão construídas, ainda este ano, vários chafarizes nos bairros para distribuição de água potável, interligados com torneiras nos quintais.

A administração municipal do Bailundo prevê, no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural (PMIDR) e Combate à Pobreza, a construção de mais infra-estruturas sociais.

Destes projectos, constam a edificação de uma escola com sete salas de aula, um posto de saúde, duas residências de tipo T3 para os técnicos de saúde, bem como a instalação de um sistema térmico de água em algumas comunas.

8.3 Água potável chega a comuna do Cumbila

Jornal de Angola

10 De Dezembro de 2020

Mais de 150 mil habitantes da comuna de Cumbila, município do Bailundo, província do Huambo, passam a consumir água potável, com a conclusão das obras do novo sistema de captação, tratamento e distribuição de água, dotado com sistema de painéis solares.

O projecto, avaliado em dois milhões de Kwanzas, além de contemplar a construção de um novo sistema de abastecimento de água potável, vai, de igual modo, ajudar a expansão para melhorar a actual rede de distribuição na circunscrição.

O administrador comunal da Cumbila, Samuel Sacundimba, disse que o empreendimento está a ser instalado, tendo em conta as perspectivas de crescimento populacional da região. O projecto tem como finalidade melhorar as condições sociais das populações na periferia.

Samuel Sacundimba realçou que o programa de reforço de abastecimento de água aos bairros periféricos da vila será extensivo as demais localidades.

"A concretização deste projecto contribui para que as populações deixem de consumir água proveniente dos rios, evitando, assim, o surgimento de doenças causadas pelo consumo de água imprópria", enfatizou.

A criação de outros serviços essenciais básicos às populações do meio rural, como o fornecimento de energia eléctrica, o fomento da actividade comercial, a expansão da rede sanitária, estão entre as prioridades da administração local.

No quadro do mesmo projecto, serão construídas, ainda este ano, vários chafarizes nos bairros para

distribuição de água potável, interligados com torneiras nos quintais.

A administração municipal do Bailundo prevê, no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural (PMIDR) e Combate à Pobreza, a construção de mais infra-estruturas sociais.

Destes projectos, constam a edificação de uma escola com sete salas de aula, um posto de saúde, duas residências de tipo T3 para os técnicos de saúde, bem como a instalação de um sistema térmico de água em algumas comunas.

8.4 “Grande lixeira” estende-se ao Cambiote

Jornal de Angola

10 De Dezembro de 2020

Texto: Fernando Cunha

São seis horas da manhã. Os habituais primeiros raios solares do dia ainda não despontam. A madrugada foi de chuva intensa sobre a cidade do Huambo e arredores. Mas o mau tempo não impediu a descida de Ramiro Vitongue e sua família, residentes no bairro do Sassonde, à baixada da floresta do Sacaála.

A descida tem um destino: a grande lixeira a céu aberto. A mesma se estende da rua que sai da zona da Tchitutula à ponte do rio Kulimahalã, em direcção ao bairro do Cambiote. Faz este trajecto todos os dias, em busca de sustento para os seus filhos, num espaço que ele próprio denomina de "a grande lixeira".

A exemplo dele, pelo menos mais 100 famílias conseguem ali o "ganha-pão", colhendo garrafas de plástico e de vidro, papelões e outras espécies de "quinquilharias" que, depois de bem separadas, são vendidas a preço módico para grupos de comerciantes interessados no produto.

Numa altura em que os índices de pobreza nas comunidades do país crescem assustadoramente, em tempo de pandemia da Covid-19, mais assustador torna-se a forma como estes cidadãos ganham a vida, colocando em risco a continuidade das suas existências. É enorme o risco que correm em apanhar doenças "letais" como a malária, o surto que mais gente mata, principalmente crianças, em toda Angola.

Dados oficiais apontam que, até Junho passado, a província do Huambo chegou a registar cerca de trezentos mil casos, um aumento em torno de 20 por cento, comparado aos registos oficiais do ano de 2019. Mas os números estatísticos, avançados pelo

Gabinete Provincial da Saúde, não intimidam a população que vive da recolha de resíduos sólidos na "grande lixeira" da floresta do Sacaála. "Já tive dois parentes adultos que morreram de malária entre 2017 e 2019, por altura das grandes chuvas. Mas as dificuldades que vivemos no dia-a-dia obrigam a continuar esta actividade aqui na lixeira, porque a nossa condição de pobreza é elevada", afirma Ramiro Vitongue.

A "grande lixeira" da zona do Sacaála recebe, todos os dias, centenas de toneladas de lixo, que são produzidas maioritariamente pela população que reside no casco urbano da cidade do Huambo, e na centralidade do Lossambo.

Estes resíduos sólidos não recebem das autoridades o devido tratamento, sendo que a população aproveita-se da exposição do mesmo, espalhado ao longo dos quatro quilómetros da via, para "safar", como justificam, a vida.

Tratamento do lixo custa 200 milhões

O serviço de recolha e tratamento do lixo, na cidade do Huambo, custa em torno de 150 a 200 milhões de kwanzas mês. Os números foram avançados, em finais do mês de Setembro, pelo administrador do município do Huambo, João Manuel Calão Figueiredo "Joca", durante uma mesa redonda sobre a problemática, promovida pela Rádio Huambo, em que participaram diferentes actores da sociedade.

Na altura, o edil do município apontou que o montante seria o ideal para a realização cabal do serviço de recolha e tratamento dos resíduos sólidos da cidade, mas garantiu que tais valores não eram disponibilizados, devido à situação orçamental que o país ainda atravessa.

O Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) constitui, também, um recurso importante para as administrações municipais, ao prever uma linha adicional de 25 milhões de kwanzas de financiamento mensal aos municípios.

O valor é insignificante para a cobertura desta despesa, daí, apontou o administrador João Calão Figueiredo "Joca", a direcção do município tem estado a trabalhar com diferentes franjas da sociedade huambuense, na busca de melhores soluções para resolver o assunto.

Um dos pontos defendidos pelo administrador, na mesa redonda, passa pela comparticipação dos munícipes que vivem, quer no casco urbano, quer na periferia da cidade, mediante o pagamento de uma "quota de saneamento", a exemplo do que se verifica

na centralidade do Lossambo, onde os dois mil e nove habitantes, que nela vivem ou realizam actividades comerciais, desembolsam o valor de dois mil e quinhentos kwanzas.

O projecto, segundo explicou, encontra-se à consideração das entidades superiores, pode não resolver, definitivamente, o problema inerente a recolha e tratamento dos resíduos sólidos, mas vai ajudar bastante.

Na centralidade do Lossambo, que possui 1.482 apartamentos, 184 moradias térreas, 343 residências de dois pisos e ainda noventa instalações comerciais, os moradores consideram a cobrança ilegal, porque a mesma se encontra desprovida de qualquer mecanismo jurídico, produzido por uma instância competente.

O processo funciona desde Junho de 2016, sendo que, mensalmente, a administração tributária, por via da factura de cobrança de água, chega a arrecadar o montante de cinco milhões e vinte e dois mil e quinhentos kwanzas, valor que, somado aos meses que compõem cada ano civil, perfaz um total de 60 milhões e 270 mil kwanzas.

8.5 12 mil habitantes de Malanje beneficiam de água potável

Jornal de Angola

4 De Dezembro de 2020

Texto: Venâncio Victor

Doze mil habitantes das localidades de Sunzi, Camacala e Vila Matilde, no município de Malanje, vão beneficiar, em breve, de água potável, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), deu a conhecer o administrador da circunscrição.

João de Assunção, que falava no termo de uma visita do vice-governador para o sector Político, Económico e Social, Domingos Eduardo, afirmou que o programa contempla a construção de três sistemas de água potável com capacidade para bombear 20 mil litros por hora cada, além da reabilitação de dez pontos do precioso líquido.

As obras estão avaliadas em cerca de 78 milhões de kwanzas. Os mais de 700 habitantes da localidade de Sunzi, no sector do Cambondo do Cuije, a 20 quilómetros da cidade de Malanje, percorrem longa distância em busca de água, que retiravam directamente da cacimba, mas, em breve, a situação será ultrapassada.

De acordo com o administrador, das obras em curso no âmbito do PIIM, o município beneficiou de 17 projectos de âmbito central, provincial e municipal, avaliado em 6.3 mil milhões de kwanzas. Lembrou que, neste momento, estão a ser executados cinco projectos, sendo que os restantes se encontram em fase de avaliação a nível central.

João de Assunção reconheceu haver atrasos na execução das obras e esperam maior qualidade das mesmas, visto que todas possuem empresas de fiscalização.

O administrador disse que as empresas construtoras estão a ser estimuladas no sentido de avançarem com o projecto de implementação das obras. Referiu que aquelas que demonstrarem incapacidade vão ser accionados os mecanismos jurídicos legais, além de serem responsabilizadas pelos danos causados à administração municipal.

Em relação ao atraso das obras na cidade de Malanje, explicou que se deve ao facto de algumas empreitadas terem iniciado tardiamente, outras devido o envio tardio dos autos de medição e as respectivas facturas das obras já realizadas.

Entre as empresas que beneficiaram da segunda tranche do pagamento das obras de reabilitação dos sistemas de água na localidade do Sunje está a Socalaton, ao passo que as restantes construtoras são obrigadas a melhorarem os trabalhos.

João de Assunção fez saber que o projecto de saneamento básico de âmbito local, que envolve a aquisição de kits, foi já concluído, restando apenas o processo de comunicação e adjudicação e remessa às estruturas centrais, para a atribuição de quotas financeiras.

No município, entre os projectos em curso destaque a construção de pequenos sistemas de água, reabilitação e requalificação do Parque de Jogos Pioneiro Zeca, resselagem e asfatação do tapete asfáltico da cidade de Malanje, numa extensão de 50 quilómetros de estrada.

8.6 Unidade fabril aumenta produção de tanques e tubos para irrigação

Jornal de Angola
4 De Dezembro de 2020
Texto: António Eugénio

Um investimento de dois milhões de dólares foi feito este ano pela empresa Flotek, localizada no município

de Viana, em Luanda, para garantir a capacidade produtiva de 18 mil toneladas métricas anual de tanques de água, tubos para a irrigação, sacos de embalagem, estufas agrícolas e diverso material plástico.

A informação foi avançada pelo gestor da empresa Sridhar Ramaro, que considerou que a injeção do valor permite auxiliar o produtor a dar continuidade à produção na fase de seca e desta forma contribuir para a produção alimentar.

Consta do pacote da FloTek, o aumento da capacidade de produção nas diferentes linhas de formatos de tubos, produção de embalagens industriais, indústria alimentar. De igual modo a reciclagem de plásticos para a protecção ambiental.

A unidade fabril prevê atingir uma facturação de seis milhões de dólares, representando uma quebra de 60 por cento em comparação com período homólogo, segundo a fonte.

Apesar de considerar “negativo” o ano produtivo preste a terminar, vaticina que em 2021, com o projecto de reciclagem a empresa vai gerar mais lucros e proporcionar 100 novos postos de trabalho directo e outros tantos indirectos na colecta e reciclagem de plásticos.

Sridhar Ramaro apontou que o negócio da empresa ficou afectado na ordem de 75 por cento pela crise financeira e a pandemia. “Muito difícil, tudo que planificamos quase que não foi cumprido”.

A redução do poder de compra por parte dos clientes, a desvalorização da moeda, estão de igual modo associado ao insucesso do negócio da Flo-Tek.

O responsável da empresa adiantou que a Flo-Tek é líder no fabrico de tanques, tubos e produtos para irrigação em Angola, com actuação alargada em outros mercados de África.

8.7 Dólar mantém predominância no mercado de transações

Jornal de Angola
4 De Dezembro de 2020
Texto: Hélder Jeremias

A supremacia do dólar norte-americano sobre as principais moedas para transações comerciais e reservas internacionais vai manter-se por muito tempo, de acordo com um estudo recente efectuado pelo Fundo Monetário Internacional, citado pelo economista Gilberto António.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, o também especialista em comércio e investimentos internacionais, disse que não obstante o crescente protagonismo de novos actores no Sistema Financeiro Internacional e as suas respectivas moedas, tais como a China (Remimbi) e a União Europeia (Euro), a moeda dos EUA continuará a manter a confiança dos investidores.

Publicado há dias, com o título: "Reserve Currencies in an Evolving International Monetary System" (Moedas de Reservas envolvidas num Sistema Monetário Internacional), o estudo teve como pressuposto o facto de que "apesar dos sistemas monetário e comercial internacionais terem evoluído nas últimas décadas, em resposta às mudanças estruturais na economia global, a composição monetária das reservas internacionais permaneceu notavelmente estável".

O dólar, segundo a resenha do estudo avançada por Gilberto António, é actualmente a moeda dominante, com uma participação de 61 por cento das reservas globais no final de 2019, seguida do euro que constitui 21 por cento das reservas globais, enquanto outras moedas distintas têm protagonismos muito inferiores, num leque em que se destacam as moedas chinesa (remimbim), a inglesa (Libra esterlina), a japonesa (yuen), entre outras de irrelevante circulação à escala planetária.

O estatuto particular do dólar como moeda de reserva é consistente, em virtude do seu amplo uso internacional, na medida em que os 44 por cento na sua utilização no volume de negócios lhe conferem o estatuto de "moeda mais negociada no mercado de câmbio", isto é, a mais utilizada para o facturamento comercial (54 por cento do comércio global) e denominação de créditos financeiros (51 por cento dos créditos bancários internacionais).

"Em minha opinião, esta posição dominante do dólar norte-americano é estonteante, tendo em conta as mudanças significativas ocorridas nos últimos 30 anos, como, por exemplo, a introdução do euro em 1999 e os esforços contínuos da China em promover a sua moeda internacionalmente. De notar que, apesar destas transmutações, o dólar continua a representar uma parte bastante elevada no que diz respeito às reservas globais, tendo mantido notavelmente alta a respectiva proporção do volume de negócios global", frisou Gilberto António.

Questionado sobre a razão fundamental para que o dólar seja a moeda de reserva, o economista justificou com a necessidade dos países manterem suficientes reservas como seguro para acautelar a escassez de divisas nos ciclos económicos, permitindo o

financiamento das importações de que necessitam, bem como salvaguardar a capacidade do governo liquidar a dívida denominada em moeda estrangeira, pressuposto para a manutenção da estabilidade financeira e de preços no mercado interno, atenuando, desta forma, o repasse na economia da taxa de câmbio.

"Considero que no contexto africano, as reservas são igualmente essenciais, tendo em conta o facto do sector privado africano deter poucos activos em moeda estrangeira e dos investidores internacionais verem nelas um indicador plausível da capacidade de resiliência de determinado país em caso de crise económica. Como consequência, as reservas são, geralmente, dominadas por moedas amplamente utilizadas para pagamentos internacionais e negociadas nos mercados de câmbios internacionais", esclareceu.

8.8 Instituto Geológico sonda águas subterrâneas no Sul de Angola

Jornal de Angola

4 De Dezembro de 2020

O Instituto Geológico de Angola (IGEO) realiza actividades de prospecção e sondagem de águas subterrâneas nas províncias do Cunene e Huíla, com vista a contribuir para a resolução do problema da seca no Sul de Angola.

Segundo o Portal do Governo de Angola, que cita o presidente do Conselho de Administração do IGEO, Canga Xiaquivuila, o instituto tem dados interpretados no levantamento de sísmica passiva, realizado na província do Cunene, com detalhes do comportamento das rochas que causam o transporte das águas subterrâneas em direcção à Namíbia.

O IGEO vai também realizar, em breve, um levantamento geológico na orla marítima angolana sobre o mar territorial e a zona económica exclusiva, com o objectivo de promover a implementação da Economia Azul.

Além de continuar a realizar levantamentos geológicos em todo o país, para melhor servir o sector mineiro, o IGEO vai trabalhar para a obtenção de acreditação e certificação dos seus laboratórios.

Depois do laboratório central de Luanda, o país conta com mais dois, nomeadamente, das províncias da Lunda-Sul e Huíla. O laboratório de Saurimo está especializado para atender as actividades de prospecção e exploração dos diamantes e do

Lubango para dar apoio às actividades das rochas ornamentais e metais básicos.

O Instituto tem um protocolo de cooperação com os Serviços Geológicos Russos (ROSGEO) ligado à avaliação e promoção, com a finalidade de potenciar o sector mineiro do país.

Segundo Canga Xiaquivuila, a realização dos levantamentos intensivos vão continuar, no sentido de identificar ocorrências de recursos minerais, exigidos na indústria electrónica moderna e na produção de energia sem carbono.

Entre outras informações, o IGEO tem disponível dados da aerogeofísica de magnetometria, radiometria, modelo digital de terreno, mapas geológicos em várias escalas com respectivas notas explicativas e mapas geológicos para materiais de construção civil e da indústria transformadora.

Ainda se pode encontrar no IGEO mapas de ocorrências minerais, dados das bacias hidrográficas e sobre tipos de solos (Pedologia), mapas topográficos, com actualizações do desenvolvimento das infra-estruturas públicas e privadas, e da malha urbana do país. Este ano, o Instituto está a dar prioridade ao Plano Geológico Nacional (PLANAGEO), que foi lançado em 2014 e concebido para melhorar o conhecimento da geologia e do potencial de recursos minerais do território nacional a uma escala que permita a promoção e implementação das políticas para o desenvolvimento da actividade mineira em Angola.

“O plano permite o fornecimento de informação geológica fiável aos investidores”, assegurou o PCA do IGEO. Para os próximos tempos, dar-se-á continuidade à optimização de acções conducentes à implementação e levantamento geológico, geofísico, geoquímico e subprogramas de estudos específicos. Além de continuar com a formação contínua do capital humano, a administração pretende prosseguir com as actividades de modernização do IGEO e com o projecto de Tecnologia de Informação, incluindo o Centro de Processamento de Dados (Data Center), bem como melhorar os sistemas de informação (software).

Memorandos e Protocolos

Sobre os Memorandos de Entendimento e Protocolos com instituições congéneres, o PCA do IGEO, Canga Xiaquivuila, disse que, nos dois últimos anos, tem desenvolvido contactos com Serviços Geológicos da Alemanha (BGR), da Rússia (ZARUBEZHGEOLOGIA), da França (BRGM) e

do Japão (JOGMEC), para dar passos no plano da implementação dos instrumentos de cooperação.

Com os Serviços Geológicos da Alemanha, o Instituto tem em curso o projecto de pesquisa sobre os “Aquíferos de Águas Subterrâneas Profundas na Bacia de Cuvelai”.

O IGEO conta com um Museu Geológico, aberto para estudantes e público em geral, que tencionem ter contacto com rochas, fósseis, artefactos e recursos minerais.

Informação geológica

Ainda de acordo com o Portal do Governo de Angola, o Instituto Geológico de Angola (IGEO) tem disponível informação geológica para as empresas nacionais e estrangeiras, interessadas em investir no sector mineiro, incluindo dados e mapas das mais recentes pesquisas geológicas realizadas no quadro do Plano Nacional da Geologia (PLANAGEO).

A garantia foi manifestada pelo coordenador das InfraEstruturas do Instituto de Geologia (IGEO), Araújo José, que assegurou que a instituição está aberta a todas as empresas nacionais e estrangeiras para a sua potencialização a nível do sector, com vista a criação de mais empregos para os jovens.

Segundo o especialista em Geologia, o sector das Minas precisa de avanços para afastar, na totalidade, o país da dependência do petróleo. Os interessados devem apresentar a sua disponibilidade para obter as informações fiáveis do instituto, que tem realizado diferentes análises geológicas no país.

Devido à falta de condições técnicas e a paralisação do laboratório da antiga sede do IGEO, os trabalhos de análise reiniciaram nas novas infra-estruturas.

8.9 PIIM abrange sistema de captação de água

Jornal de Angola

22 De Dezembro de 2020

Texto: Leonor Mabilia

Um projecto de construção de um sistema de tratamento de água, com a capacidade para bombear 50 metros cúbicos por hora, está em construção na sede comunal do Massabi, município do Cacongo, província de Cabinda, orçado em mais de 300 milhões de kwanzas.

A infra-estrutura, que vai para abastecer sete mil habitantes da localidade, que dista a 90 quilómetros da cidade de Cabinda, vai ser concluída em um ano, cujas obras estão a cargo da empreiteira QuingDão Engenharia, no âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

O sistema será sustentado com a água captada a partir do rio Ntambala, e vai dispor de dois tanques reservatórios, com a capacidade para armazenar 100 metros cúbicos cada.

Uma rede de distribuição com 22 quilómetros de extensão, vai ser instalada para levar a água em 13 aldeias da comuna sede do Massabi, ou seja, a partir da aldeia de LiamboLiona até Chicaca.

O secretário provincial de Energia e Águas, Rafael Paca, afirmou que serão feitas mil e 170 ligações domiciliárias e o consumo da água será compartilhado para permitir a sustentabilidade do sistema.

O vice-governador para Área Técnica e Infra-estruturas, Joaquim Maliche, disse que o governo da província concebeu o projecto para pôr fim ao longo tempo de sofrimento que as populações daquela periferia ficaram sujeitas, sem puder consumir água tratada.

O governante pediu às autoridades tradicionais e à população para apoiarem o empreiteiro, “contribuindo com boas sugestões e ideias”, com vista a permitir que as obras terminem dentro do prazo contratual.

“A nossa principal preocupação é levar água até às aldeias mais recônditas da comuna, porque Massabi faz fronteira com o Congo Brazzaville, onde na zona fronteiriça deste país tem água e do nosso lado não, o que é muito triste” lamentou.

O regedor do Massabi, Pedro Xavier Macaia, louvou a iniciativa do governo da província, sublinhando que as populações de Massabi não consomem água potável desde a proclamação da Independência Nacional.

8.10 O lixo como solução e não como problema

Jornal de Angola

9 De Dezembro de 2020

Luanda, com uma população estimada em oito milhões de habitantes, gasta mensalmente cerca de oito mil milhões de kwanzas para a recolha diária de mais de 200 mil toneladas de lixo. Com apenas o

aterro sanitário dos Mulenvos em funcionamento, a questão da recolha e deposição dos resíduos sólidos tem sido problemática. A agravar a situação estão os atrasos sistemáticos nos pagamentos às operadoras de recolha de lixo, que não raras vezes recorrem à greve para reivindicar ao Governo Provincial de Luanda o pagamento dos serviços prestados.

Especialistas em gestão ambiental são de opinião que o lixo, que é hoje um grande problema para Luanda, em particular, e o país, em geral, devia, na verdade, ser a solução desses problemas. Em outras geografias, o lixo é riqueza disputada por empresas de topo. Os maiores milionários das grandes cidades da América Latina, por exemplo, têm na gestão sustentável do lixo a sua fonte permanente de riqueza. É o que é que se passa em Angola para que o lixo não seja também uma fonte de renda e emprego sustentáveis?

O primeiro grande problema está na não especialização das operadoras de recolha de resíduos sólidos, com o lixo a ser transportado para o aterro sanitário sem a prévia separação. Noutras geografias é, rigorosamente, proibido colocar o lixo num só contentor, como acontece em Angola. Os cidadãos começam a separar o lixo a partir de casa. O lixo orgânico, o papel, o metal, o vidro e os plásticos são depositados em contentores próprios, o que facilita o processo de reciclagem.

Se as operadoras fossem obrigadas a instalar contentores para a separação dos resíduos sólidos, seguramente que as pessoas que recorrem aos contentores para a recolha de garrafas de lata e de plástico, assim como materiais ferrosos, para vender, realizariam o seu trabalho com menos riscos à saúde, que hoje, com a pandemia da Covid-19, são enormes.

Por outro lado, neste processo de compra e venda de resíduos sólidos, num mercado ainda não regulamentado, quem dita os preços, como é evidente, são os compradores. Aqui chegados, é fácil concluir que o lixo, além do lado ambiental, tem o lado social. Centenas de famílias dependem deste negócio, que devia merecer uma atenção especial das autoridades.

É preciso adoptar a recolha selectiva para que o lixo não seja um problema, mas a solução de uma parte importante dos nossos problemas sociais e ambientais.

8.11 Suspensos contratos com operadoras de limpeza

Jornal de Angola
25 de Dezembro de 2020

A governadora da província de Luanda, Joana Lina, suspendeu, na quarta-feira, em Luanda, os contratos de prestação de serviço que mantinha com seis operadoras de limpeza e recolha de resíduos sólidos na cidade capital.

Joana Lina, que falava em conferência de imprensa, informou que quatro das referidas empresas disponibilizaram-se em prestar serviço até o final deste mês, enquanto outras já paralisaram o seu trabalho.

A governante assegurou, segundo a Angop, que até à primeira quinzena do mês de Janeiro, os trabalhos de limpeza e recolha dos resíduos sólidos serão assegurados pelas administrações municipais, distritais e empresas ainda disponíveis em colaborar.

Sem avançar a identidade da empresa, Joana Lina informou que a suspensão dos contratos é resultado dos mesmos terem sido celebrados em moeda estrangeira e ao câmbio do dia.

A governadora de Luanda, argumentou, que o Governo actualmente não dispõe de condições de satisfazer esta obrigação.

“A dívida acumulada está acima de dois milhões de kwanzas”, disse, informando que serão pagas em tempo oportuno, estando, nesta altura, uma equipa do GPL a certificar o valor em questão para validação.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 SIC regista mais de 50 mil crimes e" captura 40 mil suspeitos em 10 meses

Novo Jornal

4 De Dezembro de 2020

Texto: Teresa Fukiady

Entre Janeiro e Outubro do corrente ano, o Serviço de Investigação Criminal (SIC) registou, em todo o País, um total de 55.873 crimes de natureza diversa. Os números foram anunciados pelo director-geral do SIC, Arnaldo Manuel. Dos crimes, mais de 38 mil, correspondentes a 68%, foram esclarecidos, o que resultou na detenção de 41.999 pessoas. cálculos do Novo Jornal mostram que, no período em referência, Angola teve um registo de quase 184 crimes diários e mais de 5.500 por mês, números que, se comparados aos dados divulgados, em Fevereiro, pelo Gabinete de Estudos, Informação e Análise do Comando-Geral da polícia - que davam conta que durante o ano 2019 o País tinha uma média de 150 crimes por dia -, se conclui que, nos primeiros 10 meses do ano, houve aumento de 11,3% na taxa de criminalidade. De acordo com a Polícia, entre 2015 e 2019, os índices criminais do País registaram aumento de 24%.

Uma fonte do SIC confidenciou a este semanário que, durante o período em que vigorou o Estado de Emergência (23 de Março a 25 de Maio), houve uma redução drástica de crimes. Todavia, os números voltaram a subir nos últimos meses.

O SIC desmantelou, nos 10 primeiros meses do ano, 285 grupos de marginais que se dedicavam a crimes, situação que resultou na detenção de 986 elementos. Das mãos dos marginais, foram apreendidas 1.212 armas de fogo de diversos calibres, 398 carregadores e 4.700 munições. No combate ao crime, a instituição conseguiu recuperar 491 viaturas e 430 motorizadas que haviam sido roubadas.

Arnaldo Manuel avançou, igualmente, que a instituição que dirige desde Agosto do ano passado esclareceu 7.803 crimes em sequência investigativa com a detenção de quase 11 pessoas.

Em relação ao combate ao narcotráfico, entre Janeiro e Outubro, foram apreendidas cerca de 45 quilogramas de cocaína, 356 gramas de crack e mais de 26 mil quilos de liamba e destruídos 35 quilos de plantas de estupefaciente.

Aos tribunais foram remetidos mais de 50 mil processos, sendo que 36.208 terminaram com detenções. O SIC remeteu ainda, para julgamento sumário, mais de 4.500 processos, com 5.408 detidos, tendo sido condenados 4.225 cidadãos e absolvidos 1.056, assim como o retorno de 127 processos à instrução.

No período em análise, foram remetidos 270 processos ao Julgado de Menores, com 321 menores sob protecção, por envolvimento em práticas criminosas.

Sem revelar as quantidades, o SIC avança terem sido também apreendidos medicamentos diversos por apresentarem data de consumo vencida, bem como por mau estado de conservação.

Mais de mil mulheres violadas sexualmente

No que diz respeito aos crimes de violência contra a mulher, o SIC teve o registo de 1.395 crimes de violação sexual, muitos dos quais envolvendo menores, praticados principalmente por pessoas ligadas às vítimas.

Entre Março e Novembro de 2020, foram notificados 19 homicídios contra mulheres, vítimas de violência doméstica, mais dois casos em relação ao período homólogo de 2019.

Face aos números, o director-geral do SIC, Arnaldo Carlos, considera "estável" a situação de segurança pública no País, mas mostra-se preocupado com o facto de as estatísticas criminais revelarem aumento de crimes de homicídio voluntário e de ofensas corporais, praticados, na sua maioria, por pessoas conhecidas pelas vítimas. Questões passionais, crença ao feiticismo e por desentendimento sobre questões banais da vida quotidiana estão entre os motivos dos crimes. .

Outra preocupação está relacionada com a subida de queixas por burla mediante transferência de valores via multicaixa com a promessa enganosa de oferta de prémios ou na tentativa de realizar negócios via internet.

Arnaldo Manuel reconhece que, apesar das dificuldades financeiras que aumentaram o desgaste dos meios e equipamentos, as investigações do SIC contribuíram de forma significativa para a garantia da segurança do País.

teresa.fukiady@novojornal.co.ao

10. AMBIENTE

10.1 Milhares de plantas fomentam produção de fruta na Humpata

Jornal de Angola

4 De Dezembro de 2020

Texto: Estanislau Costa

A acção do Ministério da Agricultura assegurada pelo Fundo de Desenvolvimento Agrário (FADA), na província da Huíla, é coordenada pelo Gabinete da Agricultura e conta com a parceria da Associação Agro-Pecuária, Comercial e Industrial da Huíla (AAPCIL) e do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA). O presidente da AAPCIL, Paulo Gaspar, que fez as primeiras entregas das fruteiras na circunscrição em referência, informou ao Jornal de Angola que o projecto é implementado até ao segundo semestre do próximo ano e visa a renovação e repovoamento das plantas que produzem há mais de 40 anos.

"As actuais árvores de fruta, principalmente da Humpata, apresentam-se já caducas, constituindo um dos factores que está a contribuir para a redução considerável da produção anual da fruta", esclareceu, para descrever que dezenas de plantas já estão secas há anos. Paulo Gaspar anunciou que o programa que vai contemplar os 14 municípios da província da Huíla, prevê distribuir às famílias camponesas acima de 35 mil plantas de frutas diversas, como laranjeiras, limoeiros, tangerineiras, macieiras, pereiras, mangueiras, entre outras.

Referiu que a AAPCIL, como um dos principais parceiros do Executivo no fomento agro-pecuário, está a implementar o Programa de Apoio a Fruticultura que além da Humpata, município tradicional na produção de citrinos, abrange outros pontos de modo a alargar os espaços de produção. Segundo ele, o processo de distribuição é feito com o acampamento de técnicos agrários, pela necessidade de se acautelar de imediato o tipo de solos, adaptação, humidade relativa, quedas pluviais, melhorias necessárias, entre outros factores favoráveis ao desenvolvimento das plantas.

A directora da Agricultura no município da Humpata, Flora Fernandes, argumentou que "há muito que a circunscrição necessita de renovar as plantas de vários pomares por estarem já velhas, sendo assim um dos factores que contribui sobremaneira para a redução substancial das colheitas". Os 57 fruticultores controlados pela direcção local, sustentou, há muito que reclamam pela renovação das espécies devido à

queda considerável das colheitas. "A baixa produção descapitalizou a maioria dos associados, factor que inviabiliza a aquisição de novas plantas no mercado local e no exterior".

Salientou que a decisão do Ministério da Agricultura e da AAPCIL em distribuir plantas gratuitamente, surge no momento certo pela razão de dezenas de hectares se encontrarem já preparados para receber as "novinhas" e retomar a produção à escala industrial nos próximos dois anos. Flora Fernandes descreveu que foram distribuídas até ao momento mais de 1900 árvores das 2500 disponibilizadas para o município, onde a prioridade foi para os agricultores associados em cooperativas com campos prontos para o plantio e alternativa de rega.

Associações produtoras

A responsável do Lar Coração Imaculado de Maria, Irmã Feliciano Jamba, enalteceu o gesto das autoridades por distribuir dezenas de plantas de fruta às diversas associações produtoras para fomentar a produção na histórica zona da Humpata e melhorar a qualidade das colheitas. "Somos um lar que acolhe meninas de vários pontos do país, sendo que para o sustento da comunidade religiosa urge também lavar mais de nove hectares de frutas diversas", disse, para reconhecer que a redução das colheitas, nos últimos cinco anos, diminuiu devido à velhice das plantas.

Feliciano Jamba acredita que as 340 plantas recebidas vão dar um avanço satisfatório no processo de substituição das árvores e, nos próximos tempos, retomar as colheitas consideráveis e destinadas ao comércio nos mercados do Lubango, Namibe, Cunene, Luanda e não só. António Gongue, que está entre os 45 camponeses contemplados, considerou ser um alívio para todos aqueles que não dispõem de recursos para adquirir quantidades consideráveis de novas fruteiras para o repovoamento dos espaços de cultivo.

"Os seis hectares que a minha família explora há 55 anos já estão preparados para receber novas plantas desde que cortámos as mais antigas", esclareceu, para apelar às autoridades a prosseguirem com o projecto em todos os pontos do país com condições adequadas para o lavar frutas. Aproveitou para apelar às autoridades a reverem os preços dos fertilizantes por registarem um aumento que além de atrapalhar o cultivo, encarece os produtos do campo. "Os preços do adubo, amónio e outros fertilizantes estão altos para o bolso dos produtores e só o governo pode encontrar uma solução para a sua redução".

Produtos versus desertificação

O combate à desertificação no município da Humpata, além de eucaliptos, cedros, acácias, também está a ser feito com a plantação de milhares de árvores de frutas diversas. Por exemplo, o projecto Agro-Industrial Laranjinha assim como diversos empresários agrícolas plantaram dezenas de hectares com árvores de fruto. Consta estarem já no solo acima de 600 mil laranjeiras, 500 mil goiabeiras, mangueiras, pereiras, macieiras e 150 mil tangerineiras. Os frutos colhidos anualmente, além de abastecerem as seis fábricas na produção de sumos e outros derivados, são também comercializados nos mercados locais e de outros pontos.

João Calange, um dos maiores fruticultores do município da Humpata, considera oportuno incrementar as plantas de frutas diversas no combate à desertificação, sendo que a localidade há muito que recente os efeitos do deserto do Namibe. "O município faz fronteira com o Namibe, ressentindo por isso, as consequências do deserto". Em seu entender, as árvores de frutas necessárias para ajudar a combater a desertificação deviam também abranger os municípios da Chibia e Gambos, assim como algumas zonas da província de Benguela que fazem fronteira com o Namibe.

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Oportunidades de investimento apresentadas no Fórum de Macau

Jornal de Angola
8 De Dezembro de 2020

No evento, que decorreu de 1 a 4 deste mês, além das intervenções do embaixador de Angola na China, João Salvador dos Santos Neto, e do cônsul-geral em Macau, Galiano Velasco, foi exibido um vídeo no qual a Agência de Investimento Privado e Exportações (AIPEX) apresenta o novo ambiente de negócios e as oportunidades disponíveis no país.

O vídeo da AIPEX, bastante aplaudido pelos participantes, realça o conjunto de novas medidas estruturais e legais que tornam o processo de investimento privado em Angola menos burocrático, com mais incentivos, garantias e protecção ao investidor em termos de concorrência e de repatriamento de dividendos.

Durante o Fórum, o embaixador João Salvador dos Santos Neto teve encontros separados com alguns investidores, a quem informou sobre o interesse de Angola na exploração sustentável das suas terras aráveis, dos recursos pesqueiros e minerais para o desenvolvimento sustentável do país.

Ao debruçar-se sobre as necessidades e oportunidades no sector agro-industrial, o diplomata sugeriu a construção de fábricas de fertilizantes, insecticidas, máquinas e insumos agrícolas, assim como a aquisição de fazendas, já estruturadas, no âmbito do processo de privatização de 195 empresas e activos do Estado angolano, em implementação até 2022.

João Salvador dos Santos Neto realçou que Angola está procura de novas parcerias para projectos capazes de acelerar a diversificação da economia, contribuir para o desenvolvimento do país e dar maior contributo à melhoria das condições de vida à população.

O diplomata explicou que além das terras aráveis, Angola tem grandes reservas de água, uma orla

marítima com mais de 1.600 quilómetros e que a sua localização geográfica, aliada às infra-estruturas de conectividade, marítima e ferroviária, oferecem vantagens adicionais aos investidores em aceder aos mercados de outros países na África Central e Austral.

O chefe da Missão Diplomática de Angola na China lembrou que, além dos incentivos e garantias que o novo quadro legal oferece ao investidor privado na generalidade, no plano bilateral, os dois países assinaram, em 2018, um acordo para evitar a dupla tributação, e está em fase terminal, o Acordo para Protecção Recíproca de Investimentos.

O 11º Fórum Internacional de Investimento e Construção de Infra-estruturas visou discutir e trocar experiências e estratégias para a construção de novas infra-estruturas na era pós-pandemia, modelos de cooperação e fontes de financiamento, transferência de tecnologias e aprimoramento das competências de quadros locais, sobretudo em países em desenvolvimento, para acelerar a recuperação da economia mundial.

13.2 A perspectiva do desenvolvimento da China favorece os avanços da cooperação com Angola

Jornal de Angola
15 De Dezembro de 2020

Recentemente, o Presidente Chinês, Xi Jinping, marcou presença na 12ª Reunião dos Líderes do BRICS, na 27ª Reunião Informal dos Líderes da APEC e na 15ª Cimeira do G20, que são eventos diplomáticos multilaterais importantes, durante os quais o Presidente Xi proferiu uma série de discursos importantes, esboçando a política chinesa no cenário multilateral global e propondo plano chinês.

Essas conferências multilaterais foram realizadas tendo como pano de fundo a pandemia da Covid-19, as profundas mudanças da configuração mundial e a recessão severa da economia global. O Presidente Xi, enfocando estas mudanças no mundo, nunca vistas nos últimos 100 anos, com uma visão de internacionalismo, deu o impulso à comunidade internacional a coordenar na prevenção e controlo da epidemia, no desenvolvimento económico e social, na formação da ordem internacional e no fortalecimento da governança económica global. Ele apelou a todos para cooperar e alcançar consenso para construir uma comunidade da humanidade com futuro compartilhado, através da apresentação de 23

iniciativas, propostas e medidas importantes, injectando a forte confiança e força na comunidade internacional.

Afectada pelo Covid-19, a economia mundial está mergulhada na recessão e o comércio e investimento internacionais diminuíram drasticamente. O movimento de pessoas e mercadorias foi severamente bloqueado, enquanto a cadeia de abastecimento e a cadeia industrial global foram atingidas. Os conflitos acumulados no processo de globalização, como justiça e eficiência, crescimento e distribuição, tecnologia e emprego, tornaram-se mais evidentes. Em 2020, a taxa global de pobreza extrema aumentará pela primeira vez, cenário nunca visto em 20 anos. Como coordenar a prevenção e controlo da epidemia e o desenvolvimento económico? Como equilibrar as três principais tarefas: combater à Covid-19, estabilizar a economia e assegurar a subsistência da população? Como alcançar a meta global de redução da pobreza? São questões comuns enfrentadas por todos os países.

O Presidente Xi combinou a prática bem-sucedida da China de coordenar a prevenção e controlo da pandemia e o desenvolvimento económico e social, assumindo a liderança na retomada do trabalho e da produção e restaurando o crescimento económico, e apresentou um pacote de planos da China para promover a recuperação da economia mundial. No seu discurso, há 4 palavras-chave: abertura, inovação, tolerância e verde. O plano chinês não inclui apenas acções para pr

omover a cooperação entre países, mas também medidas pragmáticas tomadas pela China. Ele não apenas reflecte totalmente os novos requisitos da China para um desenvolvimento de elevada qualidade, mas também fica em total conformidade com a tendência dos tempos, com o rumo do desenvolvimento económico mundial e está em linha com os interesses das populações de todos os países. Tudo isto demonstrou o sentido da responsabilidade da China na procura de força para puxar a economia mundial, na abertura do espaço para a cooperação económica internacional e criação do bem-estar de todos os povos.

Sob a repercussão da pandemia, os países em vias de desenvolvimento podem enfrentar uma recessão económica não vista há muitos anos. A China é o maior país em desenvolvimento do mundo. Como uma grande economia que alcançará um crescimento positivo este ano, todas as partes esperam que a China trabalhe com os países em vias de desenvolvimento para fortalecer a solidariedade e a cooperação, superar os desafios da epidemia e alcançar a recuperação económica e o

desenvolvimento. A China defende que os países sustentem a bandeira do multilateralismo, salvaguardem o sistema internacional com a ONU no centro e se oponham a sanções unilaterais e "jurisdição de braço longo". Devemos ir além da ideologia e respeitar o sistema social, o modelo económico e o caminho de desenvolvimento que cada um escolhe com base das próprias condições nacionais. É necessário promover a construção de uma parceria global de desenvolvimento mais igualitária e equilibrada e insistir em colocar o sustento das pessoas em primeiro lugar. Estas proposições reflectem plenamente as aspirações comuns dos países em vias de desenvolvimento em busca da justiça internacional e alcançar o desenvolvimento sustentável.

A China tem sempre o espírito de parceria com os países em vias de desenvolvimento. Nós respiramos juntos, compartilhamos um destino comum e trabalhamos de mãos dadas para enfrentar todos os riscos e desafios. Ao mesmo tempo, a economia da China é profundamente integrada à economia mundial. A China nunca voltará para atrás, nunca buscará o "desacoplamento" ou se envolverá no "pequeno círculo" fechado e exclusivo. O estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento na China não significa, de forma alguma, um ciclo doméstico fechado, mas visa conectar ainda melhor os mercados doméstico e internacional, e construir um novo sistema económico aberto de nível superior, como também implementar uma abertura mais ampla e mais profunda.

A China parabeniza todos os países para compartilhar as novas oportunidades de desenvolvimento da China e ressalta que estamos dispostos a coexistir e se desenvolver juntos sob a base do respeito mútuo, igualdade e benefício mútuo. Sob o novo padrão de desenvolvimento, o potencial de mercado da China será estimulado da maneira generalizada para criar mais demanda ao mercado internacional; a China abrirá ainda mais suas portas para compartilhar oportunidades de desenvolvimento com o mundo. A China continuará a promover a co-construção de alta qualidade da "Cinturão e Rota" e fazê-la uma estrada de cooperação, saúde, recuperação e crescimento, e promover activamente a cooperação internacional.

Quero realçar, em particular, que a China está a realizar activamente a cooperação internacional em pesquisa e desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19, esforçando-se para ajudar países em vias de desenvolvimento, como Angola. Estamos dispostos a trabalhar com Angola e outros países africanos, para construir juntos a Comunidade de Destino China-África e a Comunidade de Saúde China-África mais

próximas, e lutar até à vitória final na luta contra a pandemia. Com toda a força, China e Angola reiniciarão totalmente a economia o mais rápido possível e promover o desenvolvimento contínuo da cooperação amigável.

13.3 A perspectiva do desenvolvimento da China favorece os avanços da cooperação com Angola

Jornal de Angola

15 De Dezembro de 2020

Recentemente, o Presidente Chinês, Xi Jinping, marcou presença na 12ª Reunião dos Líderes do BRICS, na 27ª Reunião Informal dos Líderes da APEC e na 15ª Cimeira do G20, que são eventos diplomáticos multilaterais importantes, durante os quais o Presidente Xi proferiu uma série de discursos importantes, esboçando a política chinesa no cenário multilateral global e propondo plano chinês.

Essas conferências multilaterais foram realizadas tendo como pano de fundo a pandemia da Covid-19, as profundas mudanças da configuração mundial e a recessão severa da economia global. O Presidente Xi, enfocando estas mudanças no mundo, nunca vistas nos últimos 100 anos, com uma visão de internacionalismo, deu o impulso à comunidade internacional a coordenar na prevenção e controlo da epidemia, no desenvolvimento económico e social, na formação da ordem internacional e no fortalecimento da governança económica global. Ele apelou a todos para cooperar e alcançar consenso para construir uma comunidade da humanidade com futuro compartilhado, através da apresentação de 23 iniciativas, propostas e medidas importantes, injectando a forte confiança e força na comunidade internacional.

Afectada pelo Covid-19, a economia mundial está mergulhada na recessão e o comércio e investimento internacionais diminuíram drasticamente. O movimento de pessoas e mercadorias foi severamente bloqueado, enquanto a cadeia de abastecimento e a cadeia industrial global foram atingidas. Os conflitos acumulados no processo de globalização, como justiça e eficiência, crescimento e distribuição, tecnologia e emprego, tornaram-se mais evidentes. Em 2020, a taxa global de pobreza extrema aumentará pela primeira vez, cenário nunca visto em 20 anos. Como coordenar a prevenção e controlo da epidemia e o desenvolvimento económico? Como equilibrar as três principais tarefas: combater à Covid-19, estabilizar a economia e assegurar a subsistência

da população? Como alcançar a meta global de redução da pobreza? São questões comuns enfrentadas por todos os países.

O Presidente Xi combinou a prática bem-sucedida da China de coordenar a prevenção e controlo da pandemia e o desenvolvimento económico e social, assumindo a liderança na retomada do trabalho e da produção e restaurando o crescimento económico, e apresentou um pacote de planos da China para promover a recuperação da economia mundial. No seu discurso, há 4 palavras-chave: abertura, inovação, tolerância e verde. O plano chinês não inclui apenas acções para promover a cooperação entre países, mas também medidas pragmáticas tomadas pela China. Ele não apenas reflecte totalmente os novos requisitos da China para um desenvolvimento de elevada qualidade, mas também fica em total conformidade com a tendência dos tempos, com o rumo do desenvolvimento económico mundial e está em linha com os interesses das populações de todos os países. Tudo isto demonstrou o sentido da responsabilidade da China na procura de força para puxar a economia mundial, na abertura do espaço para a cooperação económica internacional e criação do bem-estar de todos os povos.

Sob a repercussão da pandemia, os países em vias de desenvolvimento podem enfrentar uma recessão económica não vista há muitos anos. A China é o maior país em desenvolvimento do mundo. Como uma grande economia que alcançará um crescimento positivo este ano, todas as partes esperam que a China trabalhe com os países em vias de desenvolvimento para fortalecer a solidariedade e a cooperação, superar os desafios da epidemia e alcançar a recuperação económica e o desenvolvimento. A China defende que os países sustentem a bandeira do multilateralismo, salvaguardem o sistema internacional com a ONU no centro e se oponham a sanções unilaterais e "jurisdição de braço longo". Devemos ir além da ideologia e respeitar o sistema social, o modelo económico e o caminho de desenvolvimento que cada um escolhe com base das próprias condições nacionais. É necessário promover a construção de uma parceria global de desenvolvimento mais igualitária e equilibrada e insistir em colocar o sustento das pessoas em primeiro lugar. Estas proposições reflectem plenamente as aspirações comuns dos países em vias de desenvolvimento em busca da justiça internacional e alcançar o desenvolvimento sustentável.

A China tem sempre o espírito de parceria com os países em vias de desenvolvimento. Nós respiramos juntos, compartilhamos um destino comum e trabalhamos de mãos dadas para enfrentar todos os

riscos e desafios. Ao mesmo tempo, a economia da China é profundamente integrada à economia mundial. A China nunca voltará para atrás, nunca buscará o "desacoplamento" ou se envolverá no "pequeno círculo" fechado e exclusivo. O estabelecimento de um novo padrão de desenvolvimento na China não significa, de forma alguma, um ciclo doméstico fechado, mas visa conectar ainda melhor os mercados doméstico e internacional, e construir um novo sistema económico aberto de nível superior, como também implementar uma abertura mais ampla e mais profunda.

A China parabeniza todos os países para compartilhar as novas oportunidades de desenvolvimento da China e ressalta que estamos dispostos a coexistir e se desenvolver juntos sob a base do respeito mútuo, igualdade e benefício mútuo. Sob o novo padrão de desenvolvimento, o potencial de mercado da China será estimulado da maneira generalizada para criar mais demanda ao mercado internacional; a China abrirá ainda mais suas portas para compartilhar oportunidades de desenvolvimento com o mundo. A China continuará a promover a co-construção de alta qualidade da "Cinturão e Rota" e fazê-la uma estrada de cooperação, saúde, recuperação e crescimento, e promover activamente a cooperação internacional.

Quero realçar, em particular, que a China está a realizar activamente a cooperação internacional em pesquisa e desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19, esforçando-se para ajudar países em vias de desenvolvimento, como Angola. Estamos dispostos a trabalhar com Angola e outros países africanos, para construir juntos a Comunidade de Destino China-África e a Comunidade de Saúde China-África mais próximas, e lutar até à vitória final na luta contra a pandemia. Com toda a força, China e Angola reiniciarão totalmente a economia o mais rápido possível e promover o desenvolvimento contínuo da cooperação amigável.